

tempo e presença

Publicação do CEDI • Nº 277 • Ano 16 • Setembro/outubro de 1994 • R\$ 1,50



CONFLITOS E IMPASSES DO NOSSO TEMPO

MARCAS DA CONJUNTURA

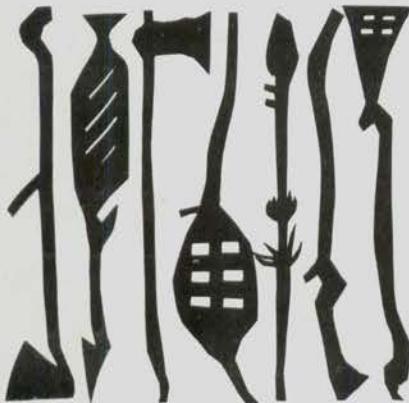
Marcas constantes e destacadas da atual conjuntura são a tendência e os esforços efetuados no sentido de uma globalização do processo econômico e político. Para efetivar esse intento reforçam-se acordos internacionais, modernizam-se e sofisticam-se meios de controle social, e os veículos de comunicação de massa vendem, de forma tecnicamente competente, a idéia de um mundo e de uma economia uniformemente globalizados. Enfim, proclama-se que estamos chegando ao sonho de um mundo sem fronteiras.

Entretanto, a realidade vigente não parece confirmar o êxito dessa proposta, que se fundamenta nos princípios do neoliberalismo. Na verdade, não há uma intenção de se ter um mundo mais equitativo e democrático. É cada vez maior o número de pobres e miseráveis na maioria dos países. Uma reestruturação econômica, que tem seus pilares na globalização do capital, na tecnologia como fator de competitividade e na concentração de poder em setores e blocos de países, está levando a uma política de exclusão de setores sociais de manterem não apenas a sua identidade e cultura, mas também o mais fundamental direito, que é o de viver dignamente.

O ressurgimento explosivo de movimentos de caráter étnico-nacionalista, muitos deles reforçados por profundos sentimentos religiosos, é um dos indicadores de que propostas que não levam na devida conta alguns elementos básicos de identidade cultural dos povos, como a religião, o sentimento nacional e étnico, as formas peculiares de organização social e de produção econômica, etc, vão encontrar resistências e fortes contestações.

Não se pode também continuar mantendo os organismos internacionais controlados e a serviço dos interesses dos países ricos e poderosos. É inconcebível que tais organismos se constituam mais como mecanismos de

William Seewald

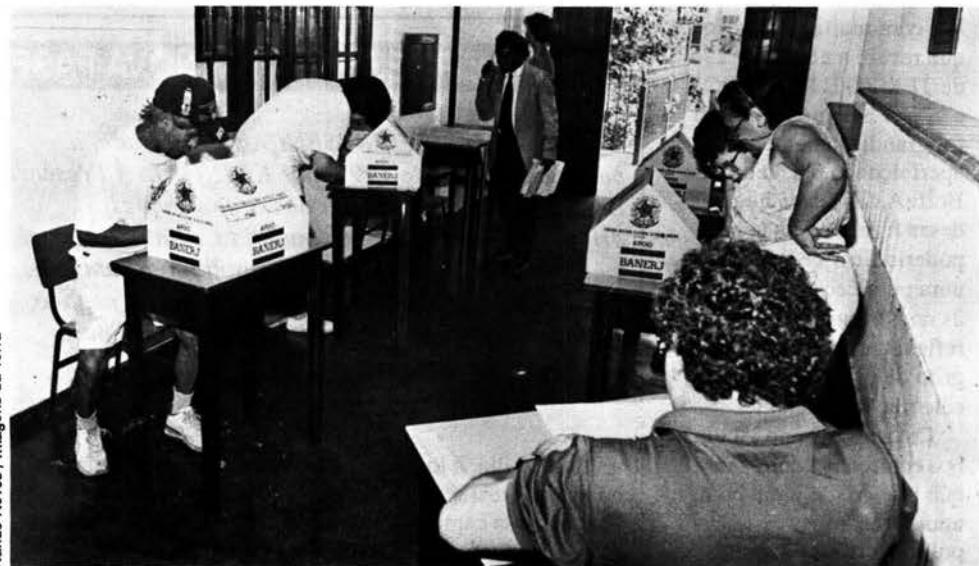


imposição do que como formas multilaterais de desenvolvimento. Deveriam ter como compromisso maior a gestão de políticas internacionais que tenham como eixo a extinção das terríveis desigualdades sociais existente, não só entre países, mas no próprio interior das sociedades nacionais.

Outro aspecto que está marcando o nosso tempo é a crescente onda de violência. Ela não se constitui como fenômeno independente, mas é fruto de uma cadeia de causas e efeitos que se entrecruzam e que não podem ser analisados isoladamente. Vai-se produzindo um sentimento generalizado de medo e insegurança e um desrespeito às mínimas regras de convivência social. A progressão dessa onda de violência está exigindo projetos políticos que não a mantenham ou a alimentem, mas que sejam capazes de reverter o complexo quadro que vivemos nacional ou internacionalmente.

Em outubro, no Brasil, efetuaram-se as eleições gerais para a escolha dos Poderes Executivo e Legislativo. Não se pode negar que o exercício do voto é um direito democrático. Mas as atuais eleições mostraram, mais uma vez, de forma clara e transparente, a força e a importância decisiva que o poder econômico e os meios de comunicação social de massa exercem sobre o povo. As campanhas eleitorais estão contaminadas por uma visão mercadológica, em que os candidatos, levados pelas pesquisas sociais, ajustam suas propostas às demandas do mercado eleitoral. Assim, a coerência política e ideológica é substituída por alianças eleitorais as mais estranhas; os jornais, rádios e televisões, de forma subliminar ou de maneira escancarada, tomam posições e deturpam fatos, infringindo sua responsabilidade de serviços públicos; o poder econômico procura garantir seus privilégios, planos de estabilização financeira, com seus resultados precários e imediatos, têm uma cronologia calculada eleitoralmente.

Tudo isso indica que, diante desse conjunto de fatores, ainda temos que aperfeiçoar o nosso processo democrático, com o qual, todos nós, devemos estar inquestionavelmente comprometidos.



SUMÁRIO

Etnias

- 5 DESAFIO E VITALIDADE DOS MOVIMENTOS ÉTNICO-NACIONAIS
Leopoldo J. Nilius

Comércio Internacional

- 8 O BRASILE E AS NOVAS REGRAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL
Maria Clara Couto Soares

Democracia

- 11 A ESCOLHA DE UM MODELO: DEMOCRACIA OCIDENTAL OU AUTORITARISMO ASIÁTICO?
Alain Touraine

Desenvolvimento

- 14 UNIÃO EUROPÉIA: NOTAS DE UM DIÁLOGO
Luciano Nunes Padrão

Violência

- 16 VIOLENCIA E CRIMINALIDADE
Alba Zaluar

Voto

- 19 O SIGNIFICADO DO VOTO
Karina Kuschnir

Eleições

- 21 FHC: AMÁLGAMA DO NOVO E DO VELHO
Emir Sader

Plano Real

- 24 INFLAÇÃO OU DESEMPREGO
José Márcio Camargo

Novos direitos

- 27 O DIREITO DAS ÁGUAS
Daniel Rech

CEDI 20 anos

- 29 SEMEADURA DE PESSOAS E DE INSTITUIÇÕES
Beto Ricardo
Diana Anorovich Cunha

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DO CEDI

América Latina

- 34 CUBA: ESPERANÇA E SOLIDARIEDADE
Pedro A. Ribeiro de Oliveira

Rubem Alves

- 36 PIRACEMA OU PIRACÃO?

Bíblia Hoje

- 38 A PERIGOSA IMAGEM DO PODER
Jane Falconi Ferreira Vaz e José Adriano Filho

Biblioteca - Koinonia
 (X) Cadastrado
 (X) Processado

SINAIS DE ALERTA

A proposta de globalização da ordem mundial tem encontrado resistências das mais variadas formas. Os movimentos étnico-nacionalistas, as dificuldades dos acordos internacionais e os protestos contra o esmagamento de culturas locais são sinais de oposição aos intentos dessa nova forma de dominação. Páginas de 5 a 15

VIOLÊNCIA E MEDO

Não se pode compreender a criminalidade e a violência como fatores isolados. São parte de uma cadeia complexa que ameaça destruir as elementares formas de convivência social. Alba Zaluar, que tem estudado profundamente a questão da violência, apresenta algumas considerações sobre essa temática. Página 16

ELEIÇÕES E PLANO REAL

O sentido do voto, como expressão da vontade popular, deve ser analisado também numa perspectiva antropológica. As implicações e os mecanismos que influíram nas eleições de 1994, no Brasil, e o futuro do Plano Real são objeto de análises atualizadas e competentes. Páginas 19 a 25

CEDI — 20 ANOS

Mais dois depoimentos sobre a história do CEDI indicam outros aspectos desses 20 anos em que a tensão movimento e instituição esteve sempre presente, e apresentam algumas razões que levaram a instituição a optar pelo seu encerramento com multiplicação. Páginas 28 a 31



FUTURO DE CUBA

Depoimento de uma recente viagem a Cuba indica que, apesar de todas as dificuldades, o povo mantém-se firme no propósito de construir uma nova sociedade. A redescoberta de valores esquecidos, a valorização dos sentimentos religiosos e a importância das instituições democráticas são indicadores da esperança de que é possível ultrapassar a atual crise. Página 32

CARTAS

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Setembro/outubro de 1994
Ano 16 - nº 277

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Av. Higienópolis, 983
01238-001 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Paulo Roberto Salles Garcia

MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES

Beatriz Araújo Martins
Maria Cecília Iório
Rafael Soares de Oliveira

EDITORIA DE ARTE

Anita Slade

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Beatriz Araújo Martins

REVISOR E DIGITADOR

Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA

William Seewald

PRODUÇÃO GRÁFICA

Supernova

FOTOLITO DA CAPA

Beri

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 1,50

Assinatura anual
R\$ 9,00

Assinatura de apoio
R\$ 15,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Foi com muita satisfação que recebi a edição nº 275 de TEMPO E PRESENÇA e vi que a equipe editorial foi grandiosamente aperfeiçoada por Leonardo Boff. A dignidade humana dessa figura cristã não poderia ficar de fora de uma publicação que chega às nossas casas como uma reflexão ecumônica, um grito de fé e uma celebração ao amor.

Os artigos sempre belos nos reforçam a certeza de que a fé cristã, junto com uma reflexão política/critica da realidade, pode buscar a história perdida da humanidade.

Leonardo Boff e o incrível Rubem Alves nos trazem a paz e a esperança. É fundamental a presença deles.

Parabéns a toda equipe editorial da revista.

Danielle Heldenreich
Itajaí/SC

Quero inicialmente agradecer de coração a essa entidade que me presenteou com a assinatura de TEMPO E PRESENÇA, fiquei muito feliz, só Deus vai recompensá-lo.

Ao CEDI que fez aniversário este ano, meus parabéns, em nome da

TEMPO E PRESENÇA EM NOVA FASE

A revista TEMPO E PRESENÇA será editada, a partir de janeiro de 1995, por KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço, uma das organizações originárias do CEDI. Será mantida a linha editorial, melhorado o projeto gráfico e ampliado o campo de atuação. Seu apoio, indispensável e jamais negado, e sua assinatura são elementos importantes para a nossa continuidade.

minha família, a todos os companheiros(as) que fizeram essa caminhada, de vinte anos, construindo o barco da organização e iluminando-o nos momentos mais escuro da caminhada, dos oprimidos, finalmente faço questão de ler todos os artigos da revista porque são importantes para o nosso trabalho.

Um abraço fraterno a todos que fazem TEMPO E PRESENÇA.

Raimundo José da Costa
Ramada São Francisco
Sousa/PB

Faço parte de uma equipe que trabalha com mulheres a qual se chama Pastoral da Mulher. Essa revista tem ajudado muito, pois tem trazido comentários ótimos

para melhor conscientizar as mulheres dos seus direitos, valorizando a si mesma como pessoa humana que é sem diferença de cor, raça e sexo. Tem ajudado os meus filhos em trabalhos escolares.

Por isso todo o seu contexto é ótimo. Quero parabenizá-los pelo excelente trabalho que vocês têm feito e agradecer pelos exemplares que recebi durante esse tempo.

Quero também desejar a todos que continuem firmes com bastante força, coragem e fé, pois vale a pena.

Parabéns, um forte abraço.

Laura de Moraes Siqueira
Duque de Caxias/RJ

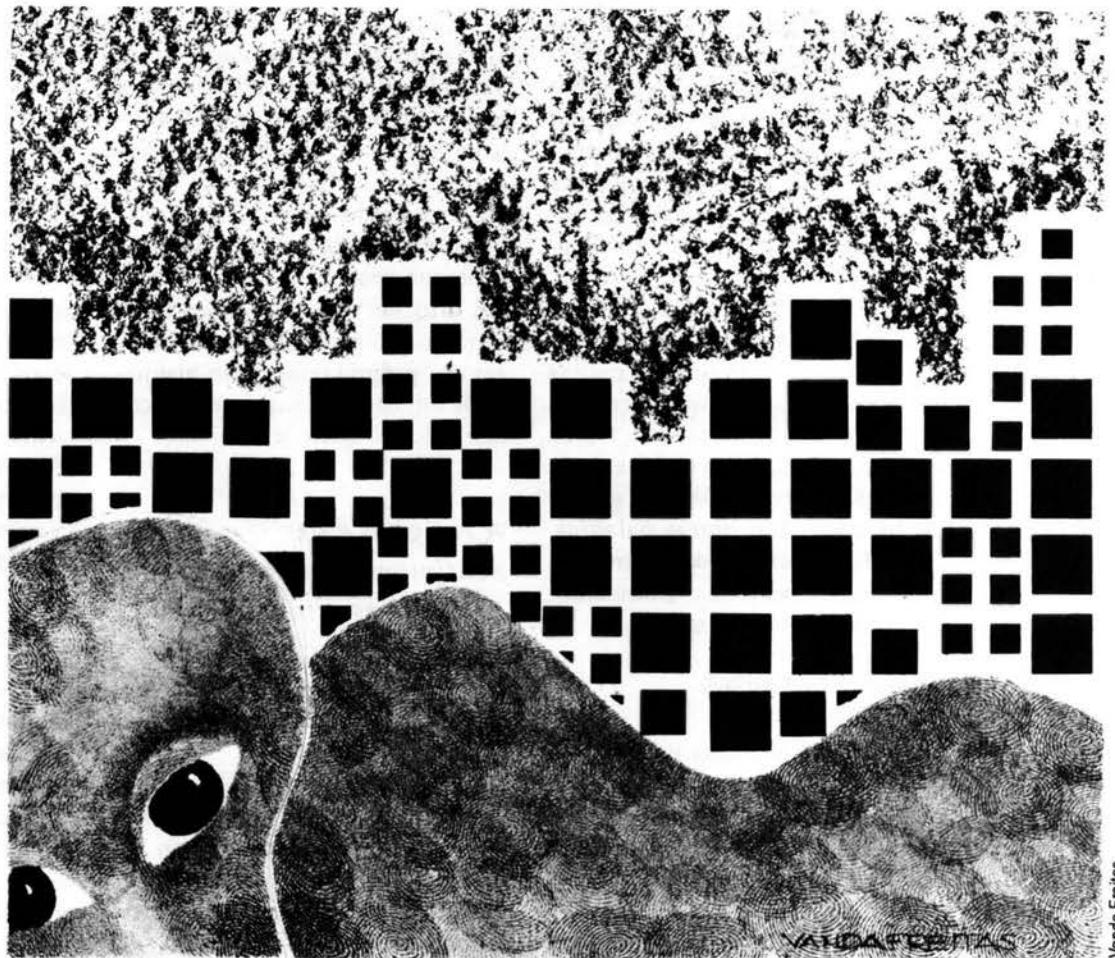
Parabéns pela revista TEMPO E PRESENÇA, ela está a cada dia mais bela, profética e esperançosa! Refaço a minha assinatura na certeza da contribuição teórica que a revista dá ao meu trabalho pastoral. O último número "Da arte, da festa e da mística" é uma revista que registra o nosso tempo novo.

Shirlaine Valeriano Alves
Goiânia/GO

VOCÊ JÁ É ASSINANTE DE TEMPO E PRESENÇA?

Na atual conjuntura do Brasil e da América Latina a revista TEMPO E PRESENÇA tem-se constituído em uma referência importante. Analisando as questões e os desafios dos movimentos sociais e das pastorais populares, ela oferece subsídios para o desenvolvimento da realidade e para o avanço do processo democrático.

TEMPO E PRESENÇA renova seu compromisso de continuar, nos próximos meses e em 1995, o seu projeto editorial, ampliando e melhorando ainda mais a sua forma e conteúdo.



DESAFIO E VITALIDADE DOS MOVIMENTOS ÉTNICO-NACIONAIS

Leopoldo J. Niilus

Por maiores que sejam os esforços que os defensores da racionalidade do mundo pós-moderno fazem para controlar os movimentos

étnico-nacionalistas, são notórios os desafios e a vitalidade que o retorno dessas significativas expressões sociais mostra a todos nós hoje

O mundo atual vive um ressurgimento explosivo de uma infinidade de movimentos e expressões étnico-nacionalistas ocasionalmente reforçados por ingredientes de caráter religioso. Simultaneamente se prega uma crescente globalização de todas as expressões humanas. Assim a informática tecnológica moderna, do sofá ao satélite e do satélite ao sofá, não somente está pronta ao alcance de todos, como ninguém dela poderá livrar-se. Segundo os profetas do progresso, estamos às vésperas mesmo de um imaculado cosmopolitismo total e absoluto.

Se não é assim, onde, então, colocaremos os bascos, sérvios, bósnios, croatas, palestinos, judeus,

todos os indígenas da América Latina, os estonianos, letônios, lituanos, as inúmeras tribos — melhor dizer nações — africanas, para dar somente uma pequena amostra? Que podemos fazer com situações como Ruanda, ex-Iugoslávia, Somália, as Repúblicas da Ásia Central?

De fato, observamos uma inquietação central entre os poderosos do mundo, refletida em muitas temáticas da ONU, com o “controle” (*governance*) do mundo, talvez uma expressão, em si mesma, mais diplomática do vocabulário “governabilidade”. Em outras palavras, cada dia as técnicas de controle se fazem mais perfeitas. Entretanto, esse controle vai de mal a pior.

O SÉCULO DAS LUZES E A “GUERRA FRIA”

Subitamente algumas noções que nos podem parecer evidentes se encontram ferozmente desafiadas: nação-estado, comunidades, identidade. Precisamos de uma perspectiva histórica.

De certo modo, tudo começou na Europa. A Revolução Francesa, o século das luzes e tudo aquilo que se seguiu centralizaram-se, basicamente, ao redor do indivíduo. Pouca ou nenhuma importância foi dada a grupos e comunidades; em outras palavras, descuidou-se de aspectos cruciais da identidade.

A religião foi percebida como algo primitivo e pertencente a um passado obscuro. Para todos os efeitos práticos se decretou a morte da religião. O sentimento nacional ou nacionalismo se viu como algo superado pelo internacionalismo e pelo cosmopolitismo, por mais que neste caso se tratasse de um erro de visão. De fato, foi a Europa que pretendeu universalizar sua própria concepção histórica de um nacionalismo, de tipo colonizador, daquele tempo.

A religião e os sentimentos nacionais eram e seguem sendo fatores essenciais de toda sociedade humana

O marxismo, particularmente a versão manipulada pelo sistema soviético — ele próprio, se não foi filho, foi pelo menos enteado da Revolução Francesa, de certos filósofos alemães e do positivismo —, negou e repeliu igualmente as identidades comuns, étnicas e religiosas; noutras palavras, colocou uma tampa sobre tudo isso. Mas quando esta voou, todas as inquietações capturadas ressurgiram com uma energia concentrada. Veja-se o caso da ex-Iugoslávia.

O período da “guerra fria” ali-

mentou ilusões análogas. Sua cosmovisão terá sido perigosa, mas também atrativamente simplista. Do ponto de vista ocidental, trataba-se de um “mundo livre” versus “o império maligno”. Do ponto de vista oriental, via-se o contrário, porém com os mesmos efeitos práticos. Frente a frente, os superpoderes se ameaçaram com uma destruição mútua garantida e total. Os aliados, satélites e zonas de influência eram mantidos sob rígido controle. Este obteve resultado efetivo, tendo em vista eventuais consequências nucleares em escala mundial. O controle ou governabilidade globais não ofereciam problemas de fundo.

Porém, em tudo isso se descuidaram de alguns elementos básicos. A religião e os sentimentos nacionais eram e seguiam sendo fatores essenciais de toda sociedade humana. Sem eles esta simplesmente não poderia existir e, de fato, nunca teria existido. Porém estes mesmos elementos, se são ignorados ou se lhes negam a existência e não são manejados com prudência e juízo, tendem a explodir e a converter-se em forças tremendamente destrutivas, particularmente nos casos de convergência dos sentimentos nacionais e religiosos. Com efeito, a religião ressurgiu em escala mundial, ocasionalmente com vingança, e hoje em dia não encontramos um só po-

A DESORDEM MUNDIAL

OS GRANDES BLOCOS ECONÔMICOS

A nova ordem econômica mundial se caracteriza pela formação de blocos supranacionais de desenvolvimento: os Estados Unidos com o NAFTA (Canadá e México); a Comunidade Européia; e o Japão com os Tigres Asiáticos.

NOVAS ZONAS DE DESENVOLVIMENTO

Os Tigres Asiáticos dispararam na frente e já constituem um importante pólo de desenvolvimento mundial, da mesma forma que Austrália e Nova Zelândia. A América Latina tenta seguir o mesmo caminho.

O FIM DO IMPÉRIO SOVIÉTICO

Na contramão da tendência mundial dos blocos econômicos, o ex-bloco soviético se esfacela na efervescência dos conflitos étnicos e no esforço desordenado da economia para adequar-se às leis de mercado.

lítico que não a leve a sério. O mesmo se aplica ao nacionalismo. Por ter sido descuidado e até negado, voltou também com vingança — basta lembrar o caso do Terceiro Reich.

Não há dúvida de que os aspectos negativos e destrutivos do sentimento religioso e nacional devem ser eliminados e condenados. Ao mesmo tempo, entretanto, não devemos perder de vista a legitimidade básica destes elementos para a coesão e a identidade, para a dignidade da vida humana concreta e cotidiana. O verdadeiro desafio consiste em encontrar a interação criadora destas forças para uma vida humana digna, individual e coletiva. Fala-se muito das virtudes positivas do pluralismo e da diversidade; é hora, pois, de todos começarmos a levar isto a sério.

AS TORRE DE BABEL REVISITADA

Permitam-me terminar com um conto, mais do que com uma reflexão bíblica. O mundo de hoje é realmente especialmente confuso, caótico e sem tom nem som? Ou estamos diante, uma vez mais, de uma reação, quem sabe divina, àquela constante tendência humana para simplificações e categorizações, em última instância, desumanizantes? A história da Torre de Babel vem à mente aqui.

Em Gênesis 11 lemos que, em

determinado momento, toda a Terra tinha uma só língua e algumas mesmas palavras. O povo decidiu, então, edificar uma cidade e uma torre, cuja cúpula chegasse ao céu. A intenção era criar uma ordem bem clara e lógica e evitar que as pessoas se espalhassem sobre a face da Terra.

Em vista disso, o Senhor (Gn 11.6) disse que se parasse tudo aquilo. O povo é um, tem uma só linguagem e agora se mete a edifi-

Fala-se muito das virtudes positivas do pluralismo e da diversidade; é hora de começarmos a levar isso a sério

car aquela torre e cidade. Se resolve fazer isto, não vai parar diante de nada.

Uma leitura superficial poderá dar a impressão de que o Senhor usara uma linguagem muito própria de qualquer poder imperial ou superpoder, preocupado com sua própria capacidade de governar o mundo. Deixo a interpretação apropriada a teólogos de verdade, e somente indico que, segundo minha leitura, o Senhor estava, na verdade, preocupado com o bem-

estar da humanidade como tal. Isso gerou o que se poderia chamar uma confusão criadora: confundiu a língua do povo e o disseminou sobre a face de toda a Terra.

Parece que desde então a humanidade nunca cessou realmente em sua ambição de edificar cidades e torres cuja cúpula chegue ao céu. Há pouco trataram de matar as religiões e os sentimentos nacionais como contrários a uma verdadeira clareza lógica. A idéia era substituí-los, respectivamente, por um mercado livre, único, ou pelo proletariado unido do mundo. Uma das torres, a do socialismo soviético, acaba de desmoronar-se. A outra, a do mercado livre e da nova ordem mundial, supõe ter saído vitoriosa e estar gozando de boa saúde. Porém, a realidade mundial vigente não parece exatamente confirmar tal pretensão ou visão.

Será que o Senhor, uma vez mais, trata de dizer-nos algo para nosso próprio bem?

Leopoldo J. Niilus é cientista social e ex-diretor da Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho Mundial de Igrejas (Genebra, Suíça).

Tradução: Beatriz Araujo Martins.

AS ÁREAS DE TURBULÊNCIA

Conflitos sociais e raciais, terrorismo, ditadura, direitos humanos violados constituem-se em um drama para grandes faixas do planeta: Peru, África do Sul, Sudão, Irã, Iraque, Índia, Paquistão e Camboja.

O CAOS AFRICANO

A fome e a guerra, a instabilidade política, a desordem econômica fazem da África um continente sem esperança para seus 540 milhões de habitantes. De seus 45 países, apenas dez conhecem o estado de direito.

CONFLITOS ÉTNICOS E NACIONALISTAS

A ex-Iugoslávia explodiu na guerra entre sérvios, croatas e muçulmanos, mas tensões nacionalistas e religiosas se manifestam também na Índia, na Ásia Central, no Cáucaso e na África.

Fonte: JB, 5/6/93.

O BRASIL E AS NOVAS REGRAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Maria Clara Couto Soares

Um dos temas mais debatidos atualmente refere-se à chamada globalização da economia. Iniciativas estão sendo colocadas em prática para operacionalizar essa nova perspectiva do mercado internacional. A expressão máxima para nós, brasileiros, é o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). A luta pela democratização desses organismos multilaterais de desenvolvimento é fundamental

A pós sete anos de negociações e impasses, foi concluída, em dezembro de 1993, a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que estabeleceu as novas regras multilaterais que deverão regular os fluxos do comércio internacional. Em abril último, os documentos finais da Rodada foram aprovados pelos governos na reunião ministerial realizada em Marrakesh, mas a entrada em vigor do acordo só ocorrerá em 1995, após aprovação em cada um dos países-membros do GATT.

No Brasil, o acordo do GATT foi enviado para apreciação do Congresso Nacional há algumas

semanas, e as principais autoridades vêm solicitando rápida aprovação. Entretanto, apesar da enorme importância que o GATT e o acordo a ser referendado têm para o Brasil, poucas pessoas sabem do que se trata e tampouco ouviram falar das negociações da Rodada Uruguai. Corre-se assim, mais uma vez, o risco iminente de aprovar-se um acordo internacional, com a opinião pública totalmente desinformada quanto às negociações, decisões e consequências para a sociedade brasileira.

O QUE É O GATT?

O GATT foi criado em 1948 para ser, juntamente com o FMI e o Banco Mundial, um dos pilares do tripé que iria gerir a economia mundial do pós-guerra. Hoje regulamenta cerca de 90% do comércio mundial, tem mais de 120 países-membros e influencia as normas internas das economias e as condições de intervenção dos Estados Nacionais.

Suas normas, definidas sob forte hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra, visavam promover a liberalização do comércio internacional. Mas desde sua criação, o sistema multilateral de comércio foi concebido pela ótica dos mais fortes, que não só legitimou as desigualdades estruturais entre países ricos e pobres como forjou instrumentos para seu aprofundamento.

Assim, desde os anos de 1950, apesar da retórica do livre comércio, manteve-se o protecionismo em áreas sensíveis para os países industrializados, como agricultura

e têxteis, enquanto a liberalização comercial se voltava para áreas de menor competitividade dos países em desenvolvimento. Nos anos de 1970, impulsionado pela crise econômica internacional e pela emergência de novos competidores no setor de bens manufaturados provenientes do Sul, esse processo de protecionismo seletivo dos países desenvolvidos se acelerou e se expandiu. Surgiu uma nova forma de protecionismo, pautada em barreiras não-tarifárias (como cotas, acordos que limitavam exportações, etc), e cresceram as pressões unilaterais sobre os países em desenvolvimento. Isso redundou na multiplicação das infrações às normas do GATT pelos países desenvolvidos e no enfraquecimento do sistema multilateral de comércio.

Como consequência, apesar de



Fonte: mapa extraído da revista Report on Business, março de 1994.

o comércio internacional ter-se expandido a taxas sem precedentes durante trinta anos, os benefícios desse crescimento foram apropriados sobretudo pelos países desenvolvidos, enquanto os países em desenvolvimento perderam progressivamente participação no comércio mundial e os preços de seus produtos tradicionais de exportação tiveram enorme queda em relação aos produtos industrializados.

O SENTIDO DA RODADA URUGUAI

A Rodada Uruguai, oitavo ciclo de negociações do GATT, foi iniciada em 1986. Sua agenda foi definida sobretudo pelos Estados Unidos com o apoio dos principais países industrializados, que visavam adequar, em proveito próprio, a estrutura e as regras do GATT à nova realidade das relações econômicas internacionais, já tão distintas do cenário do pós-guerra em que haviam sido criadas.

O novo contexto internacional era marcado pela crise e pela reestruturação em curso da economia mundial, esta caracterizada pela globalização dos capitais, pela crescente importância da tecnolo-

gia como fator de competitividade internacional e pelo surgimento de novos setores responsáveis pelo dinamismo do padrão de acumulação em desenvolvimento. Assim, às potências hegemônicas e aos grandes capitais interessava não apenas a continuidade da abertura dos mercados do Sul à concorrência externa de bens, tal como no passado, mas principalmente a liberalização e a garantia da supremacia nos novos setores estratégicos da economia mundial.

Dessa forma, o processo de reorganização do sistema multilateral de comércio que os países desenvolvidos buscaram promover por meio da Rodada Uruguai teve como ponto fundamental a ampliação das regras do GATT para os novos temas de serviços, propriedade intelectual e investimento. Embora de caráter não estritamente comercial, esses temas envolvem áreas estratégicas nas quais os países desenvolvidos detêm vantagens comparativas absolutas. Isso faz com que sua inclusão nas normas liberalizantes do GATT garanta oportunidades de expansão das empresas do Norte nos setores mais lucrativos e dinâmicos

da economia mundial e acesso quase cativo aos mercados do Sul.

RESULTADOS DA RODADA

Apesar da resistência inicial dos países do Sul, dentre os quais o Brasil, a expansão do GATT para os novos temas foi, com algumas restrições, legitimada. Com isso, o setor de serviços e o investimento estrangeiro, em geral sob controle ou sujeitos à regulamentação estatal dado seu caráter estratégico, serão progressivamente desregulamentados e/ou expostos à concorrência com os capitais transacionais. A expansão da obrigatoriedade do reconhecimento de patentes para praticamente todos os setores e a extensão de seu prazo de validade, por outro lado, deverão garantir aos grandes conglomerados internacionais o monopólio nos setores de ponta, além de limitar a difusão tecnológica, cobrar altos *royalties* aos países em desenvolvimento e onerar a vida das populações locais.

Essas concessões feitas pelos países do Sul não foram compensadas, entretanto, por ampliação similar de acesso aos mercados dos países desenvolvidos. A inclu-

ONDE ESTÁ O DINHEIRO DO MUNDO



É o mundo da desigualdade. Os países valem pelo poder de circulação da riqueza. Observem os países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil

são da agricultura e dos têxteis nas regras do GATT será extremamente lenta, a redução das tarifas de produtos industrializados e tropicais foi insatisfatória, manteve-se a escalada tarifária (produtos processados dos países em desenvolvimento enfrentam tarifas maiores do que os produtos em sua forma primária), ao passo que foram legitimados diversos tipos de subsídios praticados pelos países centrais. Como consequência, avaliações feitas pelo Banco Mundial e pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) mostram que quase 70% dos ganhos de ampliação de comércio derivados das novas regras comerciais serão apropriados pelos países desenvolvidos, enquanto os países mais pobres, sobretudo os da África, sofrerão perdas absolutas de comércio.

CRIAÇÃO DE NOVO ORGANISMO

Além das novas regras comerciais foi ainda assinado, em Marrakesh, um acordo de compromisso para a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), entidade que irá substituir o GATT a partir de 1995. A OMC terá poderes ampliados, regulando, além da área tradicional de comércio de bens, também os novos acordos de serviços, investimentos e propriedade intelectual.

O governo brasileiro, tal como grande parte dos países em desenvolvimento, comemorou a efetivação do acordo, que esteve ameaçado pelos impasses criados entre os Estados Unidos e a União Europeia em torno dos cortes nos subsídios ao setor agrícola. Apesar de reconhecerem que o acordo final ficou muito aquém da expectativa dos países do Sul, as autoridades brasileiras ressaltam que o maior benefício da Rodada foi a manutenção do multilateralismo. A expectativa é de que a fixação de normas claras para a regulação das disputas comerciais constituirá um

Desde sua criação, o sistema multilateral de comércio foi concebido pela ótica dos mais fortes, que não só legitimou as desigualdades estruturais entre países ricos e pobres como forjou instrumentos para seu aprofundamento

marco disciplinador das relações comerciais, evitando o acirramento das pressões unilaterais que teriam consequências extremamente penosas para os países em desenvolvimento.

Entretanto, uma das preocupações atuais é se a OMC será efetivamente capaz de bloquear sanções comerciais unilaterais, tais como as impostas pela Seção 301 da lei comercial norte-americana. A princípio, as normas do processo de solução de controvérsias da OMC restringem o uso dessas medidas, mas representantes do governo norte-americano já afirmaram que pretendem manter a atual legislação nacional para defender seus interesses comerciais, mesmo que isso implique retaliação comercial.

Assim, embora seja inegável que a conclusão da Rodada Uruguai tenha a vantagem de ter afastado o perigo do desaparecimento de regras multilaterais de regulação do comércio internacional, o acordo alcançado parece não ser capaz de assegurar a suspensão da imposição de sanções comerciais unilaterais e discriminatórias por parte das grandes potências. Nada garante, dessa forma, que as regras da futura OMC irão funcionar. Tudo irá depender do interesse dos países centrais.

MECANISMOS DE IMPOSIÇÃO

Além disso, parece já estarem se configurando novos dispositivos de proteção comercial por parte

dos países desenvolvidos. Um dos assuntos mais polêmicos durante a assinatura do acordo final foi justamente a tentativa de alguns países, liderados pelos Estados Unidos e pela França, de incluírem na agenda da futura OMC o estabelecimento de regras de controle sobre o chamado *dumping social* e a vinculação das novas regras comerciais à imposição de modelos ambientais. Em ambos os casos, a expectativa é de que os países desenvolvidos transformem as negociações em torno desses temas em mecanismos de imposição de novas barreiras contra as exportações dos países menos desenvolvidos.

Há também preocupação com o fato de que a OMC terá impacto crescente nas regulamentações e legislações domésticas, muitas das quais precisarão ser alteradas para se adequar ao novo acordo internacional. Finalmente, existe o receio de que a consolidação da OMC venha reforçar a atual estrutura de poder que as organizações de Bretton Woods exercem sobre os países em desenvolvimento. A possibilidade da imposição de condições cruzadas entre OMC, FMI e Banco Mundial foi reconhecida recentemente por um membro do staff do GATT.

Esses acontecimentos tornam imprescindível que a sociedade brasileira não só transforme os acordos do GATT em tema de reflexão, mas também coloque como prioridade em sua agenda política o debate sobre a democratização dos organismos multilaterais de desenvolvimento. Estes, ao completarem cinquenta anos de existência, parecem ganhar ainda mais força na gestão das políticas internacionais e na perpetuação das desigualdades globais.

Maria Clara Couto Soares é economista e pesquisadora do Ibase.

A ESCOLHA DE UM MODELO

DEMOCRACIA OCIDENTAL OU AUTORITARISMO ASIÁTICO?

Alain Touraine

É relevante a visão de um estudioso do chamado Primeiro Mundo sobre a necessidade e a importância de se apoiar a América Latina, principalmente em função do papel que esta vem desempenhando no contexto geopolítico internacional

Neste fim de século, a América Latina se encontra na metade do caminho entre dois mundos. Pertence a um continente do Extremo Ocidente, como disse Alain Rouquié, está fortemente ligada aos Estados Unidos e suas relações com a Europa, em particular as econômicas, voltam a se desenvolver. Por outro lado, integra um

continente do Terceiro Mundo e se arrasta, de forma desigual, conforme os países intermediários, onde os custos de produção são baixos, porém a infra-estrutura técnica já é importante.

O modelo ocidental se encontra debilitado na atualidade: os países europeus têm dificuldades para manter seu nível de vida e sobre-



tudo seu estado de bem-estar e até mesmo as liberdades públicas, diante da concorrência dos novos países industrializados que apresentam seu autoritarismo de forma cada vez mais clara. Isso ficou evidente durante recente conferência de Kuala Lumpur, na qual os primeiros-ministros da Malásia, China e Cingapura competiram em elogios ao Estado autoritário, declarações que poderiam ter feito também o general Suharto ou o governo comunista do Vietnã.

Modelo ocidental ou modelo asiático. Dará a América Latina novas forças ao modelo ocidental ou se aproximará do modelo autoritário asiático? Seguirá o Chile de Aylwyn e de Frei, ou o Peru de Fujimori? É especialmente difícil responder a estas perguntas, porque o modelo político que dominou durante muito tempo a região não foi nem o europeu nem o asiático, mas sim o Estado nacional-popular, que redistribuía os recursos, em grande medida externos, e tinha, ao mesmo tempo, um caráter nacionalista e integrador. Esse modelo se esgotou há muito tempo, pois foi derrotado em vários países por golpes de Estado militares, e só se mantém, numa forma degradada, no Brasil, onde os êxitos do nacionalismo e a importância do mercado interno tornam, todavia, difícil uma abertura internacional que vem-se impondo no resto do Continente.

Mas, além dos regimes nacionais-populares, o que é mais provável que a América Latina adote: o autoritarismo asiático ou a democracia ocidental? Em princípio, a primeira opção parece ser a mais verossímil. Afinal, México e Brasil conheceram regimes muito autoritários — ou parcialmente autoritários —, sem mencionar Paraguai e, até mesmo, o Peru de Velasco. A América Latina deve aumentar suas inversões e desenvol-

A importância do apoio que está recebendo Lula indica a urgente necessidade de empreender uma profunda transformação na sociedade brasileira

ver sua capacidade de produção, o que exige um Estado forte, mais que uma política distributiva. O grande êxito no Chile sequer é um argumento suficiente em favor da tese oposta, porque esse país vem vivendo basicamente de exportações minerais e agrícolas, cujo mercado interno é muito limitado. Isso significa que seu exemplo é difícil de ser generalizado.

Desigualdades sociais. Nesse sentido, a via democrática é a que parece mais claramente possível, mais por uma razão social que política. O que diferencia Japão, Coréia ou Taiwan da América Latina são as reduzidas desigualdades sociais desses países, característica ausente nos países latino-americanos, sobretudo no Brasil. Nessa região não se dá em nenhuma parte a situação de uma sociedade muito



unida, homogênea, dirigida autoritariamente por um Estado fortemente ligado a uma burguesia nacional ativa. Por conseguinte, uma modernização econômica rápida imporia à América Latina tensões sociais consideráveis, uma vez passada a atual fase de impacto da abertura internacional.

México é o primeiro exemplo importante dessas tensões. Fora a revolta de Chiapas, reina grande incerteza sobre o futuro do sistema político mexicano, em que o domínio absoluto do Partido Revolucionário Institucional (PRI) já não pode manter-se por muito tempo; sem mencionar o fato de que pessoas importantes como Camacho desejam transformar profundamente a Constituição. Também podem-se citar a fragilidade de vários países da América Central e a necessidade de o Peru, paralisado desde muito tempo com a ação do Sendero Luminoso, integrar ao menos uma parte da população — mais urbana que rural — que na atualidade está fora da economia formal.

A atual campanha eleitoral no Brasil e a importância do apoio que está recebendo Lula indicam, seja qual for o resultado das eleições, a urgente necessidade de

FUTURO DA AMÉRICA LATINA

Estudo da CEPAL para a América Latina, *Transformación productiva com equidad* (Chile, 1990) define as seguintes perspectivas para o Continente: "De um lado, é preciso fortalecer a democracia; de outro, é necessário ajustar as economias, estabilizá-las, incorporá-las a uma mudança tecnológica mundial intensificada, modernizar os setores públicos, aumentar a poupança, melhorar a distribuição de renda, implantar padrões mais austeros de consumo, e fazer tudo isso no contexto de um desenvolvimento ambientalmente sustentável".

O diagnóstico que embasa estas perspectivas representa uma superação do desenvolvimento e do reconhecimento do relativo fracasso das políticas de substituição de importações e intervencionismo estatal diante do novo quadro mundial. Por outro lado, a lista de metas ideais contempla desde a democracia ao meio ambiente, passando pelas dificuldades impostas pela crise econômica. E, sem dúvida, esta crise é tão grave que coloca em questão a própria existência das sociedades latino-americanas como sociedades nacionais.

Fonte: Artigo "Cultura e Desenvolvimento", Lais Menezes (mimeo). Apresentado no Seminário sobre Desenvolvimento, Cultura e Religiosidade, em setembro/94, na Alemanha.

empreender uma profunda transformação na sociedade brasileira.

Essa reativação das forças sociais terá lugar com maior ou menor rapidez segundo os países, e será menos rápida onde a crise do regime anterior tiver sido mais brutal, mais hiperinflacionária. O regime boliviano, transformado por Victor Paz Estenssoro, não

As características internas das sociedades latino-americanas são as que determinarão em maior medida o futuro político do Continente

tem por que temer uma volta ao populismo revolucionário da antiga *Central Obrera Boliviana* (COB), e os excessos dos sindicalismos argentino ou equatoriano dão aos governos de seus países uma ampla margem de manobra.

Por outro lado, Uruguai tem grandes possibilidades, num futuro próximo, de voltar a levar ao poder Sanguinetti e fazer avançar uma democracia política e social, na melhor tradição do país que foi o de Batlle e Ordoñez no começo do século. Por sua vez, no Chile, a passagem do autoritarismo à democracia vem mostrando, de forma espetacular, a capacidade desse país para combinar crescimento econômico e reformas sociais. Chile parece, portanto, estar protegido por muito tempo tanto de um regime militar como das explosões irresponsáveis do populismo revolucionário ou da ação violenta.

A força da América Latina. Um crescimento sustentado, como o que existe há bastante tempo no Chile, ou mais recentemente no Peru, ou também no Brasil, não deixa de tornar mais fáceis as transformações sociais, que deverão ser profundas e rápidas. Se essa aliança de liberalismo econômico e reformas sociais não se realizar em determinados países, em particular no Brasil, se produzirão graves desequilíbrios, os quais representarão uma crise política e levarão ao poder regimes autoritários próximos ao modelo asiático.

As características internas das

sociedades latino-americanas são as que determinarão em maior medida o futuro político do Continente. Todavia, o comportamento dos países industrializados também representará um fator importante. Quanto mais os Estados Unidos e a União Européia apoiam o crescimento latino-americano, com suas inversões e com sua abertura comercial, maiores serão as possibilidades de reformas sociais levadas a efeito em um marco democrático. A partir desse ponto de vista, a situação parece favorável, porque Chile, México, Argentina e, até mesmo, Venezuela recebem atualmente importantes injeções de capital estrangeiro; e o Tratado de Livre Comércio (TLC) para a América do Norte deverá ter efeitos favoráveis sobre o México, caso este país obtenha êxito em sua transformação política.

Hoje, os europeus devem compreender que é importante que contribuam ativamente na eleição geopolítica da América Latina, um continente há muito descuidado e que oferece excelentes perspectivas. A maior parte das vezes, a Espanha tem aberto caminhos que outros países vêm seguindo. A Europa deve compreender que seu futuro depende, em parte, da aproximação com a América Latina, muito mais fácil de levar a cabo que uma ação de grande amplitude no litoral sul do Mediterrâneo ou mesmo na Europa pós-comunista. O futuro da democracia no mundo somente estará garantido se se integrar solidamente a América Latina à comunidade das nações democráticas.

Alain Touraine é sociólogo e diretor do Instituto de Estudos Superiores de Paris. Extraído do jornal "El País" (Espanha), 14/6/94.

Tradução: Beatriz Araujo Martins.

UNIÃO EUROPÉIA: NOTAS DE UM DIÁLOGO

Luciano Nunes Padrão

Tendo em vista o 50º aniversário da Conferência de Bretton Woods, o grupo Kairós/Europa mobilizou pessoas e organizações da sociedade civil para que discutissem os mecanismos responsáveis pelo empobrecimento global das populações e propusessem alternativas em torno das consequências dos acordos estabelecidos naquele evento. Neste depoimento, o autor destaca as etapas desse processo e mostra como tem-se dado a globalização

Em 1944, realizou-se em Bretton Woods (EUA) uma conferência na qual 44 nações firmaram uma série de acordos que estabeleceram as bases do atual sistema econômico e financeiro mundial. Tratava-se, na verdade, da institucionalização de uma certa divisão de trabalho entre os organismos e acordos internacionais.

A partir de então, em assuntos de “desenvolvimento”, caberia às Organizações das Nações Unidas (ONU) a responsabilidade pela “manutenção da paz” e pelo estabelecimento de “políticas sociais”. Políticas de natureza econômica e financeira passariam a ser decididas globalmente pelas instituições derivadas do acordo de Bretton Woods. Em 1945 foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e, em

1948, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

Em linhas gerais, o sistema monetário internacional organizado em Bretton Woods refletiu, e ainda reflete, o poder econômico, financeiro, político e militar dos Estados Unidos, possibilitando a este país estender aos demais a hegemonia tanto de sua moeda como de suas políticas econômicas.

O caráter antidemocrático dessas instituições — o poder de decisão de cada país-membro resulta de sua importância econômica e política — e o papel central por elas desempenhado na crescente marginalização econômica e social dos povos, são alguns dos elementos que, além de já fartamente analisados, têm pautado ações diversas de organizações comprometidas com a democratização das sociedades.

Objetivos da experiência. A presente iniciativa procurou dar um passo complementar, buscando situar-se além daquilo que se poderia denominar de intercâmbio de experiências ou trabalho de lobby político. A primeira etapa do programa consistiu na realização, entre fevereiro e junho de 1994, de quatro seminários em diferentes regiões do Caribe, Brasil, Suíça-Itália e Polônia-Alemanha. Além de constituírem momentos de troca de experiências, tais seminários tinham por objetivo principal elaborar, tendo por base as distintas realidades, questões e propostas a serem submetidas, em Bruxelas, a membros da Comissão e do Parlamento Europeu, estruturas oficiais de decisão política com as quais, na verdade, se queria dialogar.

A interlocução das organizações da sociedade civil com os organismos da União Européia procurou trazer ao debate público a síntese das experiências e discussões dos quatro seminários: a globalização da economia, em curso, traz em seu bojo um processo de globalização da pobreza; tal fenômeno vem-se dando, por sua vez, em meio a um vazio político, na medida em que quanto maior e mais abrangente é o impacto das decisões, mais se reduz o poder de influência dos cidadãos e da sociedade civil.

A experiência do seminário Suíça-Itália, por exemplo, revelou que mecanismos similares de exclusão social operantes nos países do Sul encontram-se também presentes naqueles outros. A visita a áreas rurais na região dos Alpes e Pré-Alpes suíços evidenciou o processo de desagregação social vivido por famílias camponesas face à explosão do turismo, subsidiado, em grande medida, pelo Estado.

Na experiência italiana, o elemento de destaque foram os efeitos perversos da integração de mercados, em torno da União Européia, sobre pequenos agricultores tradicionais. Os mesmos camponeses que, através dos séculos, vêm produzindo, de forma artesanal, variados tipos de queijo, vinho e massas, encontram-se hoje impedidos legalmente de continuar exercendo suas atividades, na medida em que, para terem acesso ao mercado, têm que cumprir uma série de exigências de ordem administrativa e sanitária muito distantes de sua realidade econômica e cultural.

Nas duas situações, o que cha-



Arquivo do autor

A produção artesanal de vinho e queijo, atividade tradicional entre os camponeses Italianos, não tem acesso ao mercado

ma a atenção — para além da perspectiva de plena inversão das relações socioculturais vigentes — diz respeito ao ritmo de implementação das transformações formuladas pelo Estado. Marcadas por atropelos ao processo democrático, tais reformas dão-se com tamanha rapidez que os cidadãos não têm tempo de se mobilizarem eficazmente contra elas.

Visita ao Parlamento Europeu. As sessões no Parlamento Europeu tiveram por objetivo tratar da (co)responsabilidade política da União Européia diante desse quadro. Foi o momento em que os integrantes dos seminários apresentaram aos Estados europeus questões e propostas debatidas ao longo da experiência, que convergiram na direção de algumas demandas básicas, entre elas:

- estabelecimento de mecanismos que possibilitem uma (re)negociação global das dívidas dos países economicamente menos desenvolvidos;
- adoção de um novo sistema de valores na orientação das chamadas "políticas de desenvolvimento": que estas não se centrem em uma lógica de mercado, e sim nas sociedades, respeitando, portanto, a diversidade de situações daí decorrentes;
- democratização do controle das

finanças e da economia, hoje em mãos de organismos burocratizados e não democráticos, como as instituições de Bretton Woods e a própria União Européia.

Se a reação dos membros do Parlamento Europeu foi marcada por concordâncias diversas às demandas dos expositores, dado o perfil pouco conservador dos parlamentares presentes, o mesmo não se pode dizer dos membros da Comissão Européia — justamente o organismo que, ao lado do Conselho de Ministros, situa-se no topo da atual estrutura de poder e de decisão da União Européia.

Na verdade, a reação dessa Comissão foi surpreendentemente discordante. Mesmo tecendo críticas a certos aspectos do atual sistema monetário internacional que poderiam ser "melhorados", os interlocutores mostraram-se substancialmente em acordo com seus princípios e estrutura. Vale desta-

car a postura do vice-diretor-geral da divisão "Desenvolvimento", que, em uma intervenção ao mesmo tempo curta e contundente, considerou imaturas, vazias e desprovidas de senso de realidade as propostas apresentadas, e que, portanto, não via sentido na continuidade desse tipo de diálogo, retirando-se, bruscamente, do plenário.

A reação dos membros da Comissão Européia — que, em síntese, restringem ao "real" a única via para o desenvolvimento e que esta, portanto, deve ser seguida — recoloca a necessidade de dar continuidade a iniciativas que, como essas, têm por base o reforço político-organizativo da sociedade. Nesse sentido, se a interlocução de distintos grupos sociais foi reveladora de uma pluralidade de situações, e mesmo de interesses, evidenciou também a existência de uma intenção comum, uma "vontade geral", de interferir e transformar o atual padrão de formulação e implementação das políticas de desenvolvimento.

Luciano Nunes Padrão é assessor do CEDI/Koinonia e mestrande em Desenvolvimento Agrícola (CPDA/UFRJ).

INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

A União Européia é hoje constituída por doze estados-membros: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido. Os quatro principais organismos de decisão política revelam aspectos não-democráticos da União.

Conselho Europeu: Integrado por chefes de governo dos estados-membros. Define as principais linhas de orientação política comunitárias.

Conselho de Ministros: Integrado por ministros que representam os doze estados-membros, sua composição varia conforme os assuntos tratados. Detentor do poder legislativo, este Conselho adota, após a intervenção do Parlamento, as "leis

comunitárias" propostas pela Comissão Européia.

Comissão Européia: Constituída por dezessete comissários, designados pelos estados-membros. A Comissão detém os poderes de iniciativa e de execução, que lhe conferem o papel de "motor" e, simultaneamente, de gestor da Comunidade Européia.

Parlamento Europeu: Constituído por 518 deputados eleitos por sufrágio universal direto. É o único organismo que assegura a participação dos cidadãos. Busca exercer um controle democrático sobre a União, participando no processo de elaboração das "leis comunitárias".

Fonte: Duchrow, Ulrich — *Europe in the World System: 1492-1992*, WCC, Genebra, 1991.

VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Alba Zaluar

Crime e violência não são fenômenos isolados numa sociedade, mas inter-relacionados a diversos outros fatores que permeiam a vida dos cidadãos. Entre estes, incluem-se o processo inflacionário, a desagregação social, a concentração de renda e a ausência de regras, de ordem e de segurança

O problema da criminalidade violenta nas cidades brasileiras não é fenômeno independente. Pertence a uma cadeia de causas e efeitos que se entrecruzam e que não podem ser descartados. A inflação, por exemplo, tem efeitos perversos sobre o comportamento da população, especialmente a que vive de salários e nada ganha com ela. A inflação corrói e contamina a confiança mútua sem a qual não há relação social estável entre os agentes econômicos. Retira também a credibilidade do governo pois é considerada "roubo". Assim, a inflação acaba estimulando furtos, roubos e assaltos que passam a ser cometidos com a justificativa de que "todos estão roubando". A inflação em ritmo alucinante ajuda a criar igualmente as miragens do "ganhar dinheiro fácil", idéia principal daqueles que passam a cometer crimes cada vez mais ousados para mostrar que também são "espertos". Ela tam-

Martha Strauch



bém facilita a corrupção, pois torna a contabilidade e controle sobre os orçamentos cada vez mais difíceis.

A desagregação social, fruto de inúmeros problemas, é, portanto, ainda mais profunda num processo inflacionário inacreditavelmente alto, como estava acontecendo no Brasil. Desse modo, o combate à inflação é um passo primordial no estabelecimento de uma ordem mais justa e no respeito à lei, de que tanto necessita o Brasil. Mas não é o suficiente.

Medo e insegurança. Quando a taxa de crimes, especialmente os acompanhados de violência contra outras pessoas, chega a um pata-

mar muito elevado, o medo e a insegurança da população ameaçam a qualidade de vida conquistada a duras penas em décadas de desenvolvimento econômico e de reivindicações sociais. Começa a ir tudo por água abaixo. As pessoas, trancadas em casa, seja na favela, seja no bairro popular, seja no bairro de classe média, não se organizam mais, não participam mais das decisões locais que afetam suas vidas, não convivem mais entre si. Ao contrário, muitos trancafiam-se, armam-se e preparam-se para enfrentar os próximos perigos como se estivessem numa guerra. Uma estranha guerra em que não há inimigos claros e na qual o assaltante pode vir a ser o

filho do vizinho que rouba para pagar seus vícios, ou o policial corrupto que o extorque, ou simplesmente alguém fora de si que atira contra vizinhos e passantes.

O resultado disso é um generalizado desrespeito às regras de convivência social, para não falar daquelas fundamentais à segurança de todos, como as do trânsito. Daí o País ter perdido em civilidade e ter aumentado continuamente as taxas de mortes e ferimentos em acidentes de trânsito. Sem regras, toda e qualquer cooperação social é impossível. Nem o jogo de bolinha de gude entre crianças. Por isso, lei, ordem e segurança têm que ser prioritárias.

Crime organizado. Mas o problema não é apenas esse. Ao invés de "distribuir a renda", como argumentaram os que se iludiram com as suas causas e seus efeitos, atribuindo-os apenas a uma revolta dos pobres contra os ricos, a criminalidade violenta diminui, a médio e longo prazos, a renda familiar das classes pobres e oferece um sistema rápido de acumulação de capital para receptadores, intermediários e agentes institucionais corruptos.

O crime organizado, por suas características empresariais ilegais, é altamente concentrador de rendas. Não sofre nenhum tipo de limitação de leis de mercado, de preços ajustados, de salários mínimos estipulados, de direitos trabalhistas para os seus peões; trafega nos preços cartelizados e na punição com a morte daqueles que ousam desobedecer a ordem e a vontade do chefe, ou simplesmente denunciá-lo. Os pequenos traficantes da favela, apesar de todo o aparato militar, na verdade estão

ajudando a enriquecer aqueles que controlam o tráfico de drogas em toneladas e o contrabando de armas, o receptador, o policial corrupto, o advogado criminal e assim por diante. Os fraudadores do INSS que se tornaram milionários roubando a nação brasileira não foram os humildes trabalhadores, cujos nomes foram usados em processos fraudulentos. Muito mais ganharam os advogados que os representaram e que acumularam milhões de dólares nos casos em que contaram com a conivência de juízes corruptos.

O aumento inusitado de crimes violentos, que duplicaram durante a década de 1980 nos principais centros urbanos do País, tem também efeitos perversos sobre o sistema de saúde e de educação. O quadro da mortalidade mudou no Brasil. Não somos mais uma nação em que a principal causa de morte entre crianças é a desnutrição, ou na qual as doenças parasitárias e infecciosas ocupam os primeiros lugares para a população como um todo. Nos anos de 1980, as doenças de circulação e os cânceres eram os primeiros, e as mortes violentas ocupavam o terceiro lugar.

A violência, além de agravar a qualidade de vida porque o medo e a insegurança criam mais um problema para todas as famílias — pobres, remediadas e ricas —, também piora os já combalidos hospitais e escolas brasileiros. Nos hospitais públicos e conveniados, 888.576 internações são feitas por ano para tratamento de vítimas de acidentes e crimes violentos, com custos altíssimos para o sistema que já sofre pela falta de verbas para atender os doentes, os idosos e as crianças. Essa falta de verbas, como sabemos, não decorre apenas dos limites das verbas federais disponíveis, mas dos grandes prejuízos provocados nelas pelas inúmeras fraudes que continuam ocorrendo na rede de hospitais.

As escolas, por sua vez, além dos problemas de currículo, má formação do professor, baixos salários, têm ainda que enfrentar os efeitos do crime organizado sobre as crianças e os jovens. É sabido que crianças não podem freqüentar a escola por causa dos tiroteios nos bairros em que moram ou da rivalidade entre as quadrilhas do bairro em que moram e as do bairro em que estudam. Nas escolas é cada vez mais comum o porte de armas entre os estudantes. A própria autoridade do professor foi minada pela valorização do poder adquirido com a posse de arma e com o dinheiro fácil. A violência é, pois, algo a ser combatido para termos uma sociedade mais justa.

Quadro de violência. Como as mortes violentas atingem principalmente homens jovens em idade produtiva — entre 14 e 39 anos (cerca de 80% das mortes violentas em todo o País) —, as famílias se vêem privadas daqueles que seriam os mais importantes contribuintes para a renda familiar. Des-

O ACONTECER SOCIAL

O quadro de pânico vivenciado pela população nos grandes centros urbanos brasileiros tem fortes indícios de subjetividade. O sentimento de insegurança, ainda que localizado no plano psicoafetivo, tem concretude histórica e sociológica, faz parte do acontecer social.

Num ambiente de crise social e de omissão do Poder Público, a violência toma conta e se generaliza com espantosa velocidade, deixando nas pessoas a sensação de impotência e extrema fragilidade.

O coração da problemática da violência pulsa na fronteira dramática em que confluem a pobreza, o fim da esperança e empreendimentos marginais — como o tráfico — que se têm mostrado freqüentes e muito mais eficientes do que as respostas democráticas da cidadania. Valeria a pena perguntar quais têm sido as forças políticas responsáveis por esta situação.

Fonte: Revista "Democracia", julho-agosto/94; e Jornal do Brasil, 1/9/94.

te quadro de violência, ficam também os mutilados, os que se tornam deficientes e que passam a ser apenas mais um peso para as famílias, especialmente as mais pobres.

Entre os mais jovens, essas mortes têm provocado, além de enorme sofrimento moral e psicológico às famílias brasileiras, danos de difícil reparação à imagem do Brasil no exterior. Não somos mais um país com altas taxas de mortalidade infantil devido a doenças, mas sim famoso no mundo por causa das mortes violentas que atingem crianças e adolescentes. Aqui morre acidentado ou assassinado um número cada vez maior de crianças e adolescentes.

Segundo pesquisa do Centro Brasileiro de Proteção à Infância e Adolescência (CBPIA), na faixa de idade que vai de 5 a 11 anos figuram, em primeiro lugar, os acidentes de trânsito e os atropelamentos, responsáveis por 62% dessas mortes em todo o Brasil. Dos 12 aos 14 anos, os acidentes de trânsito e atropelamentos respondem por 49% das mortes, seguidos dos afogamentos (23%) e das mortes por armas de fogo (13%). Entre os jovens entre 15 e 18 anos, os homicídios provocados por armas de fogo lideram as estatísticas com 43% do número total de mortes, seguidos dos acidentes de trânsito (24%), outros tipos de armas (11%) e afogamento (10%). Portanto, os homicídios nessa faixa etária correspondem a 54% do total de mortes violentas.

São, pois, os adolescentes acima de 14 anos de idade — e não as crianças — que estão sendo sistematicamente assassinados, provavelmente em sua maioria por outros jovens da mesma idade. Calcula-se que 70% dessas mortes violentas em todo o Brasil atinjam adolescentes entre 15 e 17 anos, 50% das quais atribuídas à ação de grupos de extermínio, 40% a gru-

pos de traficantes e 8,5% à polícia. O problema reside na dificuldade de separar essas três categorias e comprovar a autoria das mortes. Ora, policiais corruptos agem como grupos de extorsão que podem ser rotulados como grupos de extermínio. Quadrilhas de traficantes e assaltantes não usam métodos diferentes dos primeiros, e tudo leva a crer que a luta pelo butim entre eles estaria levando à morte seus jovens peões.

Talvez isso explique por que a taxa de mortes violentas atribuídas a homicídios seja das mais baixas em Belo Horizonte, que tem uma polícia reconhecidamente eficiente e dura, mas não corrupta, e das mais altas no Rio de Janeiro. Nesta última cidade, ficou claro, pela investigação que se seguiu aos recentes massacres de Acari, Candelária e Vigário Geral, que as execuções foram feitas por policiais que pertenciam aos mesmos grupos e que estavam exigindo sua parte nos lucros do tráfico ou dos assaltos. Em São Paulo, a taxa de homicídio tem aumentado assustadoramente nos últimos anos, segundo a entrada cada vez maior de drogas e armas no estado. Uma das principais rotas da cocaína no Brasil passa por Rondônia, Mato Grosso do Sul e São Paulo, estados cujas taxas de mortes violentas atingiram patamares dos mais altos do País, após duplicarem na década de 1980.

Desagregação. Nesse esquema de extorsão e nas dívidas contraídas com traficantes, os jovens, que começam como usuários de drogas, são levados a roubar, a assaltar e algumas vezes até a matar para pagar aqueles que os ameaçam de morte, caso não consigam saldar a dívida, e os instigam a se comportar como eles, portando armas de fogo e praticando assaltos. Muitos deles acabam-se tornando membros de quadrilhas, seja para pagar

dívidas, seja para se sentir mais fortes diante dos inimigos criados, afundando cada vez mais nesse círculo diabólico.

Nesse caso, muito mais do que a pobreza, seria a maior visibilidade da privação relativa que reforça a "motivação para o ato desviante". Só que essa motivação, para se efetivar, sofre os efeitos combinados das novas formas de organização familiar, dos novos padrões de consumo, do novo *ethos* do trabalho, do hedonismo, do sistema escolar, das políticas públicas para o menor e para o usuário de drogas, da crise institucional e da presença de uma organização criminosa que se fortaleceu ao longo de toda a década de 1980. Prova disso é o percentual baixo de pobres entre os que optam pela carreira criminosa, calculado em menos de 1% em relação ao total da população de um bairro pobre pesquisado: 380 pessoas pertencentes às quadrilhas de traficantes e aproximadamente 1.200 pessoas envolvidas com roubos e furtos, de uma população calculada entre 120 mil e 150 mil pessoas. São muito poucos os jovens que estão no centro da desagregação provocada pela violência, mas tal desagregação se espalha como mancha de óleo pelo resto da sociedade e tem trazido enorme sofrimento a toda a população dos principais centros urbanos do País.

Tudo indica que estamos diante de círculos viciosos que ameaçam destruir durante a noite o que foi construído penosamente durante o dia. Como aconteceu com a inflação, é preciso um plano bem arquitetado para reverter os efeitos perversos dessa progressão que está sempre a fugir do controle.

Alba Zaluar é antropóloga, professora da Unicamp e Uerj, e pesquisadora do CNPq.

O SIGNIFICADO DO VOTO

Karina Kuschnir



Votar constitui um dos atos mais importantes para o processo democrático. Porém, não é o único e não se restringe ao dia da eleição. Faz parte de uma conquista permanente, na qual todos os cidadãos estão representados

Quando se fala em voto, logo se pensa em cédula, candidato, partido, urna, eleição. Em geral, a sociedade e os políticos se esquecem que votar é escolher um representante, alguém que fale em seu nome, por seus direitos, deveres e causas, sejam quais forem. Já nos habituamos tanto com os vícios e desvios de nossa prática democrática que um princípio básico como esse fica, muitas vezes, esquecido no discurso corrente.

As campanhas e os resultados eleitorais têm mostrado que a cada eleição o sentido do voto e a própria noção de representação ganham contornos singulares. De um lado, o político, para conquistar um mandato, mesmo sem estar genuinamente interessado em defender as causas de um grupo, se empenha em convencer esse grupo da legitimidade de sua candidatura e, consequentemente, de sua representatividade.

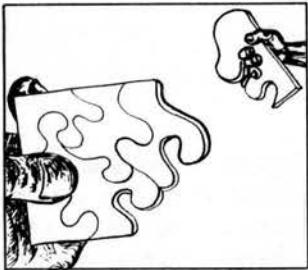
De outro lado, os mapas eleitorais mostram que, em resposta, a voz da população, manifesta no voto, é complexa e heterogênea. Ao contrário das pesquisas divulgadas pelos meios de comunicação, segundo as quais grandes percentuais indicam uma suposta homogeneidade de vontades, a escolha por um mesmo voto pode esconder interesses e aspirações as mais diversas e, portanto, também diferentes concepções do que seja a representação política.

A campanha eleitoral. A campanha é um dos momentos privilegiados para se observar a relação que o candidato procura estabelecer com os eleitores. Em todos os

níveis de representação, o político, em geral, apresenta-se como aquele que entende o que o eleitor pensa, sabe o que ele quer e tem as soluções para o seu tipo de problema. É possível observar claramente, em campanhas locais, por exemplo, que a diferença dos candidatos está menos nesse tipo de estratégia — quase sempre comum a todos — do que no conteúdo do seu discurso político.

Destacam-se duas tendências mais gerais nesse discurso: a campanha “assistencialista”, em que o político se mostra mais interessado nos problemas locais, cotidianos e materiais de determinado grupo; e a campanha mais “ideológica”, cujo conteúdo dá maior ênfase às questões políticas, de ganhos legais e de interesse mais geral. Enquanto os primeiros prometem empregos, obras sociais, calçamento de ruas, em troca não apenas do voto, mas de gratidão, amizade e carinho, os chamados “ideológicos” prometem, caso eleitos, compromisso com a ética, a honestidade, a justiça e o trabalho.

Nos dois casos, o candidato procura estabelecer uma cumplicidade entre seus projetos e os que acredita serem os dos eleitores. O êxito do político seria proporcional à sua capacidade de articular esse vínculo com o eleitor de modo a fazê-lo sentir que compartilha seus valores, projetos e dramas mas que, ao mesmo tempo, é alguém diferente, que pode trazer soluções de mundos distantes do seu universo. Por isso mesmo, a troca do voto pelo mandato, no caso de eleições locais, incitaria



SERIA O BRASIL INGOVERNÁVEL?

Desde 1945, apenas um presidente civil eleito por voto direto conseguiu concluir seu mandato. Todos os demais sofreram diferentes destinos indesejáveis: suicídio, renúncia, deposição por golpe militar e *impeachment*.

Será que esses fracassos foram somente de personalidades individuais? Ou terão atuado forças institucionais maiores de algum tipo?

Segundo Thomas Skidmore, existem bases válidas para se afirmar que o Brasil, hoje, é ingovernável. Os defensores desse argumento apontam duas causas: a natureza das instituições políticas brasileiras e o comportamento dos cidadãos.

O comportamento político do brasileiro não é pior do que o dos cidadãos de tantas outras democracias. Ao contrário, o povo brasileiro vem demonstrando imensa paciência diante de repetidas decepções oferecidas pelos dirigentes.

Portanto, o que dizer das instituições políticas? O mais sério é o caso do sistema eleitoral, que funciona mal e que criou o sistema partidário mais fragmentado de qualquer democracia no mundo.

Fonte: Artigo "Partidos tornam o Brasil ingovernável", de Thomas Skidmore, FSP, 14/8/94.

uma relação de trocas mais permanente, na qual os eleitores poderiam acionar o crédito do voto como forma de garantir o cumprimento de promessas ou mesmo assistência dos mais variados tipos.

Marketing eleitoral. Em eleições mais amplas, como as de nível nacional que se realizaram este ano, o marketing eleitoral tem tido importância cada vez maior. A técnica consiste em aplicar em campanhas eleitorais uma visão "mercadológica" semelhante àquela utilizada na propaganda para venda de produtos comerciais. Como nas campanhas locais, também aqui o candidato é levado, pelas indicações apresentadas em inúmeras pesquisas de opinião, a se "ajustar" às demandas sociais do "mercado" eleitoral.

Segundo especialistas do marketing, a conquista de um pleito majoritário, como o presidencial, depende de uma campanha cujo discurso seja o menos politizado possível, isto é, baseado apenas em questões gerais, como saúde e emprego, e não políticas, como estatização ou privatização, esquerda ou direita. Caso queira realmente ganhar a eleição, de nada valerá ao candidato defender diante de milhões de eleitores as concepções políticas ou opções partidárias dele, já que o eleitorado será cada dia menos interessado nesses assuntos.

De sua parte, o eleitor perde, em eleições de grande vulto, justamente o mecanismo de cobrança e fiscalização direta do exercício do mandato que ainda lhe é minimamente acessível em eleições menores, proporcionais.

O significado do voto. Tanto nas campanhas locais como nas mais amplas, o significado do voto, para o político, parece ter dimensões semelhantes. O candidato concentra-se em demonstrar ao

eleitor que é o representante legítimo de suas aspirações e desejos, e que um simples voto é o instrumento quase mágico para concretizá-los. Segundo essa concepção, o voto representa muito mais o objetivo de campanha do que consequência de uma opção política. Assim, justifica-se, por exemplo, que se vote em alguém apenas porque é honesto, já que o ato de votar é apresentado como um evento cuja repercussão restringe-se ao dia da eleição.

Do ponto de vista do eleitor, portanto, a valorização do voto deve relacionar-se também com um projeto político, para além da obrigação eleitoral. É importante que não se esqueça que os efeitos do voto se estendem por quanto tempo durar o mandato do eleito e, na maior parte dos casos, para muito além desse tempo. Enquanto os eleitores se comportarem como, em geral, fazem os políticos que, em campanha, se preocupam apenas com o resultado das urnas, as eleições estarão perdendo a dimensão mais importante para o processo democrático: a de instrumento para a conquista, pelo voto, de um conjunto de cidadãos que de fato sejam os representantes de vontades políticas da sociedade.

A questão é saber também se os próprios candidatos estão interessados em desrespeitar as fórmulas do marketing eleitoral em nome de um processo eleitoral efetivamente mais político, em que as opções — e, naturalmente, suas consequências — sejam, de fato, expostas e não apenas meros reflexos daquilo que, dizem as pesquisas, a maioria deseja ouvir.

Karina Kuschnir é antropóloga e professora do Departamento de Comunicação da PUC/RJ.

FHC: AMÁLGAMA DO NOVO E DO VELHO

Emir Sader

*O novo pode vir do velho?
Ou, quando se vende a alma ao diabo, quem paga a conta?*

O que significa para o País a vitória de Fernando Henrique Cardoso? Antes disso, como FHC conseguiu triunfar? A pergunta tão escamoteada — salvo nas revelações parabólicas do ex-ministro Ricúpero, o único discurso expresso sobre o poder no País — coloca a questão do poder no Brasil: como funciona, quem o detém e como se exerce. A lógica de FHC é a de que, sem as oligarquias dominantes, não é possível nem chegar ao governo, nem transformar o País. Ele aceitou o “contra as oligarquias, nada; com as oligarquias, tudo”. Um raciocínio possível para quem acredita que é possível realizar transformações democráticas e sociais no Brasil sem derrotar essas elites dominantes.

Três discursos. Foi assim que sua candidatura se apoiou em três discursos diferentes. O primeiro dirigiu-se à direita e à própria elite do poder, e tinha conteúdo claro: “Só eu, um candidato originário da esquerda, posso derrotar a esquerda, que ameaça a sua continuidade no poder”. Será preciso, para isso, entregar os anéis — alguns, pelo menos — para preservar os dedos. A força da candidatura de Lula nas pesquisas e o fortalecimento do PT

desde 1989 serviram como pano de fundo deste argumento.

O segundo discurso voltou-se aos setores médios, aos que desejam transformações no Brasil, a quem ele disse: “Vamos transformar de cima, devagar, convencendo as elites de que isso é necessário, até porque não afetará seus interesses ou o fará em pequena medida”.

Finalmente, o terceiro discurso foi direcionado às classes populares, para quem o Real foi decisivo. Sua mensagem foi o resgate da esperança, a partir da recuperação — real ou suposta — do poder aquisitivo da moeda (e, por meio dela, do salário).

É claro que tudo isso foi possível não somente pela força da es-

querda, mas também pelo caráter do plano econômico: um plano com *timing* estritamente eleitoral, que não ataca as bases mesmas da inflação — não renegocia a dívida interna, não termina com o déficit público, assinou uma renegociação da dívida externa em condições desfavoráveis —, mas que tem um efeito imediato fulminante ao golpear a inflação inercial.

Esquema político. Nisso se apoiou a candidatura de FHC, no plano do discurso. Sua aliança com o que de mais representativo e consciente existe na oligarquia no poder faz parte integrante do seu esquema político. Não foi um casamento de conveniência para efeitos eleitorais. Desde a tentati-



Nando Neves / Imagens da Terra

É preciso desenhar o cenário em que o bloco no poder, com o aparato de Estado e de governo na mão, com todo o poder econômico concentrado e com o monopólio dos meios de comunicação, impôs ao País

va de ingresso do PSDB no governo Collor, já havia aflorado na direção desse partido uma visão neoliberal. Não se tratava de uma aberração, porque a social-democracia internacional havia entrado num processo de reconversão ideológica já desde o começo da década de 1980.

O esgotamento do estado de bem-estar social levou a social-democracia a converter-se ao neoliberalismo, começando pela França, sem Mitterrand, passando pela Espanha de Felipe Gonzalez, até chegar à América Latina, com Paz Estensoro e depois o MIR, na Bolívia, com o PRI no México, com o peronismo, na Argentina, com Carlos Andrés Perez, da Ação Democrática, na Venezuela — todos partidos pertencentes à International Socialista.

Muda a ideologia e, consequentemente, a análise sobre o poder. Este deixa de estar nas mãos das oligarquias tradicionais para desaparecer como temática direta. Uma espécie de "razão comunicativa" passa a ter vigência, com a idéia de que é possível, por meio da persuasão, da razão tecnocrática e de uma certa dose de esperteza, não apenas neutralizar a oposição desses setores, como até tê-los somados a um projeto de modernização do Estado. Claro que este precisou mudar de natureza, deixando de lado a democratização do Estado, para adequá-lo às ne-

cessidades da nova etapa do processo de acumulação de capital, baseado na desregulamentação, na privatização e na abertura da economia ao exterior — isto é, nos postulados do neoliberalismo. Ao mesmo tempo que é necessário apresentar-se como antídoto à esquerda.

Faz parte desta mudança até mesmo uma virada de enfoque: a esquerda e o movimento popular passam a ser classificados como responsáveis pelo atraso do País, como obstáculos ao progresso e à modernização, por seu suposto "corporativismo", "nacionalismo" e "economicismo".

CICLO POLÍTICO

Praticado há algum tempo no chamado "mundo real", o ciclo político constitui o resultado do cruzamento entre democracia eleitoral e política econômica conjuntural.

Desde que governos eleitos pelo sufrágio universal começaram a administrar a conjuntura econômica mediante a manipulação de instrumentos fiscais e monetários, notou-se que este manejo passou a ser condicionado fortemente pelo calendário eleitoral. Medidas impopulares são adotadas longe da época dos pleitos, enquanto na véspera destes a política econômica procura apresentar ao eleitorado a melhor conjuntura econômica possível.

Economicamente, o ciclo político apenas semeia ilusões, mas politicamente ele pode ser desastroso para a democracia. A desilusão pós-eleitoral induz à descrença na seriedade da competição política e leva ao abstencionismo e à alienação.

Fonte: Artigo "O ciclo político e a cronometragem do real teriam sido perfeitos não fosse o flagrante do ministro", do economista Paul Singer, FSP, 11/9/94.

Porém, é claro que o Plano Real e a estabilização da moeda desempenharam o papel de costurar todo esse esquema, porque demonstraram à direita que FHC podia ser um candidato popular, que seu plano de combate à inflação — como já havia exibido no Ministério da Fazenda — não afeta os interesses do bloco dominante e tem efeito formidável sob o ponto de vista eleitoral. Mostraram, também, para as classes médias, que o avanço do País começa pela estabilização monetária e que isso possibilita somar as oligarquias no poder ao projeto modernizador. Demonstraram, finalmente, para setores das classes populares, que a inflação seria seu principal inimigo, e não o desemprego, a exploração, a dívida externa e a desigualdade social.

A esquerda errou, mas, antes de tudo, é preciso desenhar o cenário em que o bloco no poder, com o aparato de Estado e de governo na mão, com o poder econômico concentrado e com o monopólio dos meios de comunicação, impôs ao País. Uma vez feito isso, é possível localizar os erros da esquerda.

Erros da esquerda. Em primeiro lugar, houve uma subestimação da inflação. Como classicamente foi um tema da direita, coroado pelas políticas econômicas depois de 1964 que, sob o pretexto de seu combate, impuseram violentas políticas recessivas, com desemprego, arrocho salarial, intervenção nos sindicatos, etc., a idéia de combate à inflação ficou prisoneira dessas artimanhas da ortodoxia liberal. No programa da Frente Brasil Popular, de Lula, o tema praticamente não é abordado. Ficou transferido para plataformas de governo, uma vez assumido este, quando as condições concretas indicariam as vias de aplicação de um programa profundo de eliminação das raízes da inflação.

O PT não poderia, efetivamente, prometer um plano de curto prazo de liquidação da inflação; este só seria possível pela adesão de FHC a uma linha demagógica de ação eleitoral. Seria necessário, entre outras coisas, a renegociação da dívida interna, o que não se faz por medida provisória e menos ainda, no caso de FHC, com a taxa de juros altíssima, para segurar a inflação com métodos recessivos, como é do feitio da política neoliberal.

Mas o PT poderia não apenas constatar como a corrosão dos salários e do poder aquisitivo em geral da população tem grande peso,

A descaracterização do PSDB como partido social-democrata e suas alianças representaram mais um passo na direção da despolitização e da falta de credibilidade nos partidos políticos

mas também elaborar um plano de emergência para tratar de estabilizar a moeda até a posse do novo presidente, que atacasse a inércia inflacionária, para gerar condições mais favoráveis para o novo presidente, como agora ocorre. Não possibilitaria que os preços disparassem, nem congelaria os salários, mas combateria o elemento inercial da inflação. E poderia bloquear a manobra eleitoreira do governo ou, pelo menos, neutralizá-la.

Esse aspecto apenas chama a atenção para um elemento mais geral de debilidade da esquerda: a ausência de estratégia de poder e, antes disso, de estratégia eleitoral e de governo. Os enfoques da esquerda deveriam-se iniciar por uma análise do caráter da sociedade brasileira, das forças sociais,

políticas e ideológicas dominantes, de suas estratégias e táticas. Em função delas, partiria para definir a plataforma da esquerda, suas alianças, suas vias de ação, enfim, os caminhos para a constituição de um bloco de forças que possa gerar a hegemonia alternativa das classes subalternas.

Estratégia futura. Mas, uma vez vitorioso FHC, que tipo de atuação deve nortear as forças democráticas e populares? Antes de tudo, a vigilância em torno das políticas sociais, principais vítimas do neoliberalismo reinante. Constituir, no Parlamento e nos movimentos sociais, equipes que façam balanços periódicos da situação da saúde, da educação, da habitação, das crianças e adolescentes das classes populares, como raio-X do Brasil realmente existente.

Redobrar, por outro lado, a vigilância em relação à corrupção, ao fisiologismo, à apropriação privada do Estado brasileiro. No Congresso, nos movimentos de profissionais, deve estar presente a consciência de que a gangue que dilapida os bens públicos no Brasil se recicla e se perpetua com o novo governo, apesar das declarações de FHC. Afinal, cada vez que ocorriam irregularidades com sua campanha, ele declarava que "não tinha nada que ver", o que não poderá fazer como presidente.

Mas será necessário, sobretudo, redesenhar a ação política e ideológica da esquerda, na direção da coerência da revolução democrática para a qual o programa da Frente Brasil Popular aponta. Será necessário reativar a ação da militância, dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, da cidadania, sem a qual nenhum processo eleitoral poderá gerar a vontade majoritária de transformação do País da radicalidade que a crise social exige.

Anestesia. O País se viu anestesiado moralmente pela ação do Real e do monopólio dos meios de comunicação. A eleição de FHC se deu sem entusiasmo, como quem vota para que continue o País que temos. A operação de apatia com as eleições deu certo. A descaracterização do PSDB como partido social-democrata e suas alianças representaram mais um passo na direção da despolitização e da falta de credibilidade nos partidos políticos.

O PT aumentou pelo menos em 50% sua votação em relação ao primeiro turno de 1989. Sua bancada será sensivelmente expandida. Junta, a esquerda representará, pela primeira vez desde a redemocratização, uma força mais do que moral, com peso aritmético efetivo.

O problema da esquerda será o do isolamento político imediato. Ela terá que aliar intransigência para não ouvir os cantos de sereia do novo governo, e flexibilidade para votar no Congresso os projetos que porventura representem efetivos avanços democráticos e populares. Para tanto, se requer, antes de tudo, uma análise do caráter do novo governo, sob o pano de fundo do que é o País hoje, suas relações sociais, sua economia, o Estado e os grupos dominantes.

Em suma, a questão do poder está mais do que nunca colocada como enigma a ser decifrado. Um poder renovado de forma *gattopardista* e que por isso solicita uma grande precisão de análise e uma enorme falta de medo de ficar isolado politicamente, para poder avançar no caminho da construção de uma democracia, para o que é necessário destruir a ditadura social que a bloqueia.

Emir Sader é professor de sociologia na USP. Autor de *A revolução cubana*, entre outros livros.

INFLAÇÃO OU DESEMPREGO

José Márcio Camargo

O plano de estabilização econômica começa a enfrentar pressões que o estão levando a impasses que colocam um dilema: aumento do desemprego ou volta do processo inflacionário

Após quase três meses de entrada em vigor da nova moeda, o plano de estabilização começa a enfrentar pressões que permaneceram ocultas neste período inicial. Entre elas, as que mais podem afetar o bom desempenho do programa são as relacionadas com os aumentos de preços agrícolas e de matérias-primas — em geral, os problemas de liquidez dos bancos estaduais —, o crescimento generalizado de demanda e a antecipação de reajustes salariais para compensar as perdas decorrentes da transição da URV para o Real.

Este conjunto de pressões mostra que o processo de estabilização e seus efeitos sobre a economia estão apenas no início. Neste artigo, vamos tratar de algumas destas pressões e suas consequências sobre a estabilização dos preços.

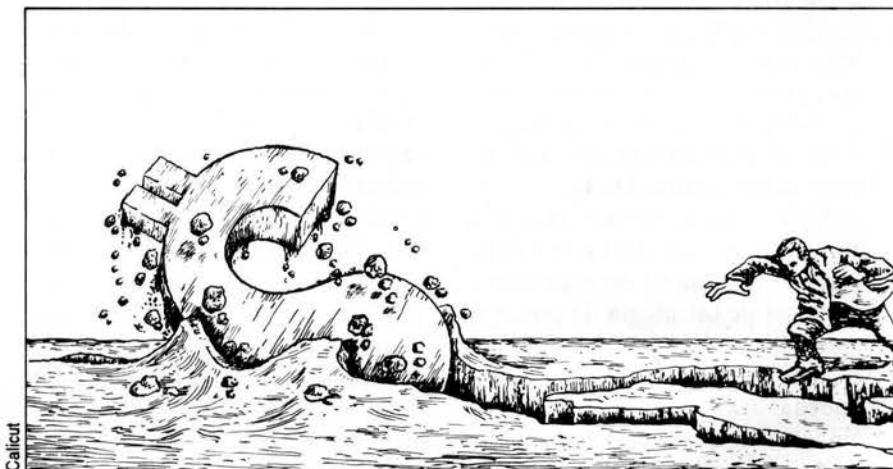
Perdas salariais. O IPC-r acumulado de 12% nos meses de julho e agosto desencadeou um forte processo de reivindicações por reajustes de salários. Estas pressões se apresentam de duas formas distintas. A primeira,显而易见的 para a socie-

iedade como um todo, são as demandas por aumentos dos salários nos contratos coletivos de trabalho. A segunda, e talvez mais perversa para o plano do que a primeira, é pouco visível e está ligada ao comportamento das empresas e dos trabalhadores isoladamente, por meio dos contratos individuais de trabalho.

O primeiro ponto a destacar é que, apesar de muitos analistas tentarem desqualificar o IPC-r como indicador de perdas salariais, estas ocorreram. Na verdade, elas aconteceram principalmente na virada da URV para o Real. Mas não devemos esquecer que a URV é parte integrante do plano de estabilização e que uma de suas funções era exatamente evitar que as perdas ocorressem. Neste sentido, não houve erro técnico na introdução do IPC-r, como querem fazer acreditar alguns. Por outro lado,

também não errou o IBGE no cálculo do índice, como quiseram fazer parecer outros. Se algum erro houve foi no desenho da política salarial após a introdução do Real e na timidez do plano em atacar a origem do problema: o caráter conflitivo das relações de trabalho no Brasil. Mas isso não foi um erro, e sim uma escolha.

Uma vez observada a perda, a primeira categoria importante a deflagrar o processo de reposição foi a dos metalúrgicos do ABCD. Isso era previsível, devido à força destes sindicatos e ao crescimento da demanda por automóveis nos últimos anos. Sindicatos fortes com demanda aquecida significam maiores reivindicações salariais. Esta é a lógica do processo de negociações vigente no Brasil hoje. Para evitar isso, seria importante mudar a forma com que o processo de negociações salariais



CONTRA OU A FAVOR

Não é bem esta a questão. Plano econômico não é um jogo de futebol, em que torcemos "contra" ou "a favor"; o que interessa são os objetivos, a consistência, a sustentabilidade e os resultados do plano.

O Plano Real, apesar da propaganda e do amplo apoio dos meios de comunicação, tem fragilidades e deficiências graves. Seu sistema imunológico está contaminado por várias razões: a política monetária fracassou ou tem sido contraproducente; a meta monetária estourou menos de dois meses depois do início do plano; a oscilação das taxas de juros reforça um quadro de incertezas e instabilidade; e a âncora cambial é frágil e a fiscal inexiste.

Fica, portanto, a única convicção de que o Plano Real está sem âncora, ou melhor, apenas ancorado no congelamento dos salários.

Fonte: Artigo "Plano Real: ilusão e morte anunciada", do professor da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, Jornal dos Economistas, nº 64, agosto/94, Rio de Janeiro.

meçam a fazer "pesquisas de salários" para avaliar como estão os salários relativos de seus trabalhadores após a introdução do Real. Elas começam a detectar insatisfação dos funcionários com o poder de compra dos salários recebidos. Como a demanda está aquecida, parecem não querer se arriscar a ter problemas com sua mão-de-obra neste momento. Pesquisa realizada entre cem grandes empresas brasileiras mostrou que 40% delas estão dispostas a conceder alguma forma de compensação salarial aos empregados, nos próximos meses, para evitar conflitos de natureza sindical (O Estado de São Paulo, 27/9/94). Se esse processo se espalhar pela economia, teremos uma generalização da reposição das perdas salariais ocorridas desde junho ou março.

Com demanda aquecida e aumentos de salários, as empresas irão, quase que certamente, repassar os aumentos de custos para os preços dos produtos. O mais importante é que este processo se dá, inicialmente, de forma lenta e invisível. Quando eles aparecem nos preços finais dos produtos, se torna extremamente difícil de ser controlados, a menos que haja uma forte redução da demanda e aumento do desemprego. Teoricamente, a ameaça de recessão deveria conter os agentes. Porém, como o processo de formação dos salários incentiva o conflito, para evitar que este ocorra, concedem-se aumentos de salários e, se a demanda convalida, repassam-se aos preços.

As pressões dos preços agrícolas e das matérias-primas vêm compor um quadro ainda mais preocupante, e já são um resultado do aumento descontrolado da demanda nos três primeiros meses do plano. A cesta básica do Procon/Dieese já acumulou alta de mais de 3,5% entre os dias 21 e 29 de setembro, e de 1,33% ao longo de todo o mês de setembro. É difi-

se dá no País, com a introdução de mecanismos amplos de negociação e de coordenação de salários e preços, por meio de câmaras setoriais e conselhos agregados de negociação, o que não foi feito.

A desastrada intervenção do governo apenas dramatizou o problema das reposições das perdas salariais. Afinal, a livre negociação, supostamente apregoada pelo governo, estava sendo adotada. Sua intervenção apenas sinalizou que, se a livre negociação for efetivamente seguida por trabalhadores e empresas, a reivindicação dos salários voltará com rapidez.

Na verdade, a negociação salarial no Brasil só não é livre porque existe uma Justiça do Trabalho que interfere no processo de negociação com o dissídio coletivo e porque há uma lei salarial que obriga a reposição automática das perdas passadas com periodicidade de um ano. Mesmo neste último caso, este é um limite mínimo, que pode ser rompido se o poder de barganha dos trabalhadores assim o permitir. O irônico deste desenho institucional é que exatamente a Justiça do Trabalho tem limitado os reajustes obtidos pelas diferentes categorias profissionais, nos momentos de planos de estabilização como o atual.

Em todo o País, outras categorias profissionais já se movem para reivindicar aumentos de salários, nas datas-base ou não: petroleiros, bancários, trabalhadores da construção civil de São Paulo, metalúrgicos do Rio Grande do

Sul. Se, por um lado, o aumento das grandes categorias profissionais, como os metalúrgicos do ABCD, poderá não ser repassado aos preços dos produtos por serem as empresas grandes e mais visíveis, por outro, se os reajustes forem concedidos a outras categorias, em empresas menores e menos visíveis, dificilmente deixarão de ter reflexos nos preços. Isto somente não ocorrerá se não houver demanda para convalidar os aumentos de preços.

Insatisfação crescente. Infelizmente, isso é apenas a ponta do iceberg. Algumas empresas já co-

Só nos resta a escolha entre a inflação e o desemprego. Não é uma opção fácil mas, na ausência de uma política de rendas ativa, é a que está disponível no mercado

cil prever se esses aumentos irão continuar ocorrendo no futuro, mas as pressões são certamente neste sentido. Tais aumentos de preços começam a pressionar o IPC-r, a partir deste mês, o que significa um aumento deste indicador em outubro, em relação aos 1,51% ocorridos em setembro.

Com isso, as pressões podem, pelo menos em parte, ser amenizadas pela política de taxa de câmbio flexível adotada pelo governo. Aumentos de preços e de salários em reais, combinados à taxa de câmbio nominal constante ou até mesmo decrescente, como vem ocorrendo, significam uma forte redução da relação câmbio/salário. Isso significa uma redução dos preços dos produtos importados e um aumento dos preços dos produtos exportados pelo País, o que tende a reduzir as exportações no futuro, aumentando a oferta interna.

A este efeito, devemos adicionar o da redução das alíquotas de importação de vários produtos, realizada pelo governo. Estes dois fatores tendem a aumentar a oferta interna de bens e, com isso, evitar que os preços dos bens similares produzidos internamente aumentem.

Mudança de trajetória. Para isso, o governo tem US\$ 40 bilhões em reservas para gastar e, em princípio, pode fazê-lo. O problema é que se este processo de estabilização for levado ao extremo, como parece apontar o governo, devemos esperar uma importante mudança na

trajetória de desenvolvimento do País nos próximos anos. Durante mais de 50 anos (desde 1930), o Brasil adotou uma estratégia de desenvolvimento baseada na proteção ao mercado interno, com taxas de câmbio relativamente desvalorizadas e proteção tarifária e não-tarifária à indústria. Uma estratégia como essa tem como uma principal característica o aumento do mercado interno para a produção local e, em consequência, uma situação de permanente excesso de demanda na economia. Como resultado, gera-se um modelo no qual o incentivo ao investimento produtivo é ponto fundamental.

Esta é, sem dúvida, uma das principais razões pelas quais as taxas de investimento no Brasil são relativamente elevadas, tendo atingido 25% do PIB ao ano, em períodos de estabilidade. Mesmo no auge do período de instabilidade econômica e institucional, no início dos anos de 1990, a taxa de investimento foi próxima a 17% do PIB, um número bastante elevado se comparado a outros países como Japão, e com a América Latina. Uma estratégia similar a esta foi adotada pelo Japão, Coréia e alguns países europeus até meados da década de 1980.

A valorização cambial que se anuncia para o futuro e a abertura da economia para a concorrência externa — de forma desorganizada e com o único objetivo de tentar segurar a volta da inflação — terão como resultado uma inversão destes incentivos. De uma economia com permanente excesso de demanda, passaremos a outra caracterizada pelo excesso de oferta. Nessas condições, ao mesmo tempo que estabilizar os preços se torna mais factível, o incentivo ao investimento produtivo se transforma em um incentivo ao consumo, com forte componente de importações. Isto significa uma mudança importante da estrutura produtiva

do País, com redução dos níveis de investimentos em setores industriais importantes e concentração dos investimentos em setores produtores de bens não-comerciáveis e aqueles com claras vantagens comparativas internacionais, principalmente setores intensivos em recursos naturais.

Desemprego. A experiência de outros países que adotaram caminhos parecidos, ainda que não exatamente iguais, mostra que mudanças desta ordem na estrutura produtiva, quando realizadas de forma pouco planejada, tendem a gerar um aumento não desprezível da taxa de desemprego e/ou do grau de informalização do mercado de trabalho, para funcionar. Além disso, todas estas experiências geraram um forte processo de desindustrialização da economia e redução dos níveis de investimentos produtivos, ao mesmo tempo que aumenta o investimento financeiro. Esta é a escolha diante da qual encontra-se o País no momento.

Para sair desta armadilha, de tal forma a gerar uma estratégia na qual se pudesse criar incentivos aos investimentos e, portanto, à geração de empregos produtivos sem indevidas pressões inflacionárias, seria necessário que o País tivesse um sistema de resolução de disputas distributivas menos conflituoso e mais cooperativo, algo que nunca foi seriamente desenvolvido no País e, ao que parece, o governo não está disposto a fazê-lo no momento. Neste caso, só nos resta a escolha entre a inflação e o desemprego. Não é uma opção fácil mas, na ausência de uma política de rendas ativa, é a que está disponível no mercado.

José Márcio Camargo é professor do Departamento de Economia da PUC-RJ.

O DIREITO DAS ÁGUAS

Daniel Rech

A luta pela preservação do meio ambiente é universal e implica a participação de todos, com o intuito de melhorar as condições de vida no planeta. A experiência dos ribeirinhos do Amazonas, relatada neste artigo, é de significativa importância no processo de resgate ecológico e de sobrevivência dos povos



Fruito do esforço de múltiplas iniciativas comunitárias, apoiadas pela presença e incentivo de setores pastorais, especialmente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciou-se, nestes últimos anos, uma frutífera discussão sobre o aproveitamento das águas, dos rios e lagos e de suas margens no Amazonas.

O problema dos ribeirinhos em relação ao uso das várzeas alagáveis (pertencentes a União ou ao Estado) e ao aproveitamento da pesca vinha atormentando diversas comunidades no interior do estado, atingindo, seja pelo fato do êxodo rural, seja pelas dificuldades na comercialização dos pei-

xes, até mesmo as próprias unidades urbanas, especialmente Manaus.

Em nível nacional e internacional, sempre se considerou o estado do Amazonas como detentor de imensas áreas de floresta e beneficiado por extensões infinitas de águas, as quais compõem, em termos de volume, o maior rio do mundo. Estes dados grandiosos faziam submergir e tornavam despercebidas as lutas de frágeis mas esforçadas figuras de trabalhadores rurais/pescadores que, durante uma parte do ano, quando as águas estão em baixa, trabalham nas áreas ribeirias e, durante as cheias, se dedicam à pesca.

Por outro lado, também, devido às extensões dos caudais existentes, tinha-se a impressão de que a fauna aquática era inesgotável. No entanto, grandes empresas de pesca, especialmente da Colômbia, do Peru e do estado do Pará, valem-se de falhas e confusão no setor da fiscalização, além da notória corrupção, penetram em lagos destinados à reprodução de peixes e, com métodos predatórios, como bombas, arrasto e malhadeiras de centenas de metros, destroem criações e tudo o mais que lhes passa derramando mercúrio e revoltando os fundos dos rios. Com isso, contribuem com a morte de muitas espécies e levam os pequenos pescadores a se preocuparem com a disponibilidade de peixes no futuro e com o destino do seu trabalho.

A tudo isso, acrescentam-se a impossibilidade de estabelecer uma política clara a respeito do controle sobre empresas de pesca (já são em torno de 1.200 embarcações, das quais mais de 1.000

com capacidade acima de 15 toneladas), e uma escandalosa política fundiária do estado que, por décadas, passou a atribuir, de forma ilegal, título de propriedade sobre terras reservadas, como a margem dos rios navegáveis estaduais, e sobre as ilhas, transformando cessões de uso temporárias em direitos pretensamente definitivos.

Legislação e meio ambiente. Nos últimos dez anos, os ribeirinhos do Amazonas começaram a perceber que, caso não fossem tomadas providências a respeito da preservação da pesca, em pouco tempo seu melhor meio de sustento se esgotaria de forma irrecuperável. Incentivados pelas organizações pastorais, passaram a se reunir e aos poucos foram-se inteirando dos seus direitos e da legislação concernente ao assunto que é, sem dúvida, um incentivo à destruição do meio ambiente, já que a lei em vigor está completamente inadequada aos tempos atuais de pregação e defesa responsável da ecologia.

O Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, ainda em vigor, de lavra da ditadura getulista — que é o nosso “Código das Águas” — não tinha preocupações maiores em relação à ecologia e está, essencialmente, mais voltado para a garantia da livre navegação e das plenas possibilidades de comércio. A própria pesca não é objeto de atenção por parte do Decreto. Ele nos remete à legislação específica, sobre a qual se impõe o Código Civil, que garante pleno direito de pesca em todas as águas públicas (Artigo 599), sejam ou não áreas de preservação.

Premidos entre uma legislação adversa e a ação selvagem de grandes companhias de pesca, por um lado, e pela necessidade de garantir a sobrevivência, por outro, os ribeirinhos passaram a discutir e a buscar alternativas viáveis que os levassem à conquista de novos direitos e a uma solução prolongada ou mesmo definitiva, a partir de suas necessidades e integrada às perspectivas da ecologia e das comunidades.

Reforma aquática. Foi assim que, já nas primeiras reuniões de ribeirinhos do Amazonas, passou-se a falar na necessidade de uma ampla reforma da legislação em vigor com vistas a não apenas se adequar aos novos tempos, mas, principalmente, refletir as necessidades e aspirações das populações atingidas. A esse esforço de construção e conquistas de direitos deu-se o nome de reforma aquática, numa referência inevitável à reforma agrária e na busca de um apoio que resulte na efetivação das iniciativas.

Nessa direção, as comunidades decidiram tomar medidas para que uma série de lagos, reservados para a desova e reprodução dos peixes, passassem a ser cuidadosamente fiscalizados e protegidos pelas comunidades do interior do estado. São quase duzentos lagos transformados no que os ribeirinhos chamam significativamente de "santuários" — onde os peixes podem-se refugiar para viver —, atualmente sob sua proteção. Fazendo ronda permanente, alternando-se na fiscalização, eles estão conseguindo suspender a pesca deles próprios nos períodos da re-

produção e, o que é principal, impedindo a entrada de grandes embarcações com redes e dinamite, por meio da obstrução dos canais com árvores e pedras, ou mesmo pela apreensão de redes e peixes.

Novo direito. Todo o esforço das comunidades em construir esse novo direito não encontrou ainda eco nos órgãos públicos, nem mesmo os que, por atribuição legal, deveriam estar exatamente fazendo a mesma coisa.

Infelizmente, a legislação federal não é clara — e se é, não é considerada — sobre a exigibilidade de processos de fiscalizações e cessões de uso sobre águas e terras públicas. Em se tratando de lagos navegáveis, bem como de várzeas e rios que percorrem mais de um município (a maioria dos casos), as águas são de propriedade e competência do estado do Amazonas (excetuando-se os rios que provêm do exterior e os rios e lagos em faixa de fronteira, que são federais). Algumas comunidades conseguiram sensibilizar os respectivos poderes municipais para "decretar" a preservação. Estas comunidades estão, neste caso, construindo um "direito novo" baseado na legitimidade da preservação da vida e no estrito atendimento aos "fins sociais" e "às exigências do bem comum" de que fala o artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil.

No entanto, surpreendentemente, estão sendo contestadas até mesmo pelo Ibama que, agarrado ao formalismo legal, preocupa-se com competências ao invés de se alegrar com as iniciativas que vêm ao encontro de suas próprias finalidades. Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo (20/6/1993, pp.4-7), o superintendente interino desse órgão disse que "não existem lagos intocáveis a não ser que sejam fechados por uma portaria do Ibama". É absolutamente in-

compreensível que uma iniciativa de uma comunidade, pacífica e benéfica para as pessoas e para a vida na região, não tenha o apoio do respectivo órgão público encarregado.

Além dessa luta para garantir sobrevida e repovoamento dos peixes, os ribeirinhos se empenham também em conquistar espaços para a comercialização da pesca, atividade dominada inteiramente por grandes frigoríficos.

Outro ponto é a busca da garantia ao acesso às terras nas várzeas, nos períodos de baixa das águas, em que podem plantar grãos e melhorar a sua sobrevivência. Infelizmente, neste sentido, nem o Serviço do Patrimônio da União, responsável direto pelas terras à margem dos rios federais (Amazonas, Negro, etc), nem a Subsecretaria de Assuntos Fundiários do Amazonas, responsável pelas terras à margem dos demais rios e lagos navegáveis que banhem mais de um município, têm sensibilidade e vontade política para regularizar a situação dessas áreas reservadas e desalojar pretensos proprietários que se assenhорaram delas, sem nada extrair ou produzir, a não ser especulação imobiliária e impedindo que, na seca, os ribeirinhos possam plantar o seu sustento.

O direito dos pobres, legítimo porque produz e preserva a vida, se constrói a partir da luta, da organização, da conquista. Os ribeirinhos, com seu novo "direito das águas" a favor das comunidades, estão entre os novos "sujeitos emergentes", protagonistas da transformação do nosso país no "Brasil que queremos", uma sociedade justa e solidária a serviço da vida e da esperança.

Daniel Rech é advogado, coordenador do DEAS/CERIS. Assessorou, pela CPT, diversos encontros de ribeirinhos no Amazonas.



SEMEADURA DE PESSOAS E DE INSTITUIÇÕES

Sensibilidade, paixão, compromisso, consenso, diferença, movimento, interseção e militância são expressões que marcaram a existência do CEDI e sua experiência de uma síntese dissonante

EPÍLOGO DE UMA SÍNTESE DISSONANTE

Beto Ricardo

Quando decidimos encerrar o CEDI, comecei a compreender todo o significado dessa experiência à qual me dediquei com paixão, cotidianamente, durante vinte anos, como uma prazerosa vertigem. O desenlace foi a prova de fogo para uma comunidade de sonhos e trabalho que reuniu, durante tanto tempo, pessoas tão diferentes na equação improvável desse mundo dissonante que nós tentamos inventar.

Em outubro de 92, numa reunião da nossa tribo, houve um confronto forte e veraz de opiniões sobre o presente e o futuro do CEDI: ou uma nova síntese ou... Ninguém admitia transformar o CEDI numa federação de projetos. Ali se desencadeou um processo interno de avaliação da instituição que concluiria surpreendentemente, alguns meses depois, pelo seu “encerramento com multiplicação” em 94.

Nessa ocasião evoquei, para analisar os impasses que vivíamos, a minha condição de “histórico”, de quem havia-se incorporado ao grupo anos antes da própria fundação do CEDI. Redescobri, então, pela palavra inspirada de Rubem Alves, que o CEDI nascera como um “rito contra a solidão” entre

alguns protestantes, logo após o golpe militar de 64. Ou seja, tinha quase trinta anos.

O medo e a cara. Em 69, fui “recrutado”, pela minha “sensibilidade para o social”, como diziam — atestada pela experiência que tivera num programa de alfabetização de adultos. O grupo originário deixara de ser apenas uma comunidade e passara a ser um movimento. Movimento ecumênico, de brasileiros, com referências internacionais, interessado sobretudo em ampliar a resistência ao medo imobilizante da ditadura e impulsionar a luta pelos direitos humanos, a justiça social e a democracia no País.

Atendendo a solicitações, começamos a viajar, também pela América Latina, carregando informações, análises de conjuntura e metodologias para a elaboração de diagnósticos de realidades locais que resultassem em ações de apoio a lutas sociais concretas; qualquer forma de mobilização e organização populares, participativas e reivindicatórias valia a pena. Quanto mais autônomas e permanentes tais organizações, tanto melhor: bases para uma nova arquitetura de democracia no Brasil.

A esse movimento semiclandestino sucedeu a instituição: a decisão de juntar uma cara ao medo deu origem ao CEDI, em 1974. Com maioria de professores ou estudantes universitários, praticamente todo o trabalho permaneceu ainda voluntário.

Os principais parceiros dos nossos serviços nos



C E D I



Arquivo do autor

anos de 1970 foram os chamados setores progressistas da Igreja Católica, suas pastorais populares cada vez mais especializadas e algumas dioceses ou prelazias. Tudo, ou quase tudo, se passava, então, sob o manto estendido pela Igreja Católica sobre a sociedade civil. Elegemos a interseção igreja(s) x movimentos sociais o espaço focal de intervenção.

Mas, do nosso ponto de vista, esse processo tinha uma contradição básica: a realização dos objetivos gerais que nos uniam nessa "caminhada" se dava necessariamente por exclusão. Os setores da Igreja Católica aos quais prestávamos assessoria, ao mesmo tempo que mobilizavam e estimulavam a participação e formavam quadros e lideranças, colocavam limites intransponíveis ao exercício interno da pregação democrática. Em outras palavras, como o tempo veio demonstrar com a re-romanização anos depois, à efervescência do espaço eclesial desse período não corresponderam mudanças significativas das estruturas eclesiásticas católicas.

Em 1977, inauguramos o escritório do CEDI em São Paulo, ao abrigo das mesmas irmãs do Sion, que nos emprestaram até mesas e cadeiras para recebermos os primeiros visitantes convidados: o cardeal Arns, o retornado Almino Afonso e o professor cassado Fernando Henrique Cardoso.

O mergulho. Em 1978, quando o terror de Estado começou a ceder, decidimos abandonar a "lógica de balcão" e aprofundar a institucionalização e a

profissionalização das atividades de documentação, informação e assessoria. Nasceu, então, o Programa Povos Indígenas no Brasil, pioneiro internamente de uma nova forma de pensar a realidade, de organizar e potencializar acumulativamente um trabalho que eu havia iniciado em 1970 na universidade e cultivado em casa, com Fany, e, depois, também no CEDI. Com o apoio que recebemos de agências ecumênicas europeias de cooperação — especialmente ICCO (Holanda) e PPM (Alemanha) — foi possível mergulhar integralmente nesse trabalho. Deixei a carreira acadêmica e a universidade, onde era professor de antropologia, apesar de todas as recomendações em contrário dos companheiros na época, diante das incertezas de uma instituição jovem e insegura como o CEDI.

Aos poucos, as demais atividades foram sendo transformadas em Programas (pastoral, educação, movimentos camponês e operário). Apesar dos nossos temores de que isso poderia levar a um "loteamento" da instituição, acreditávamos que a chama do movimento não ia-se apagar. Nossa planejamento passou a ser trienal. O CEDI cresceu e profissionalizou a militância. Firmamos deliberadamente um perfil institucional de organização de

serviços, coadjuvante. Mantivemos relações orgânicas não-subordinadas com diversos movimentos e organizações populares que vieram compondo a nova cena política nacional.

Foi na primeira metade da década de 1980, a meu juízo, quando melhor se aproveitou, criativa e produtivamente, a nossa tão valorizada diversidade

O CEDI FAZ 20 ANOS E SE MULTIPLICA



*Ação Educativa
Instituto Socioambiental
Koinonia
Núcleo de Estudos sobre
Trabalho e Sociedade*

A síntese improvável e bem-sucedida que o CEDI abrigou durante anos teve um desenlace institucional inédito, que não se pode deduzir apenas da crise de paradigmas que tomou conta do mundo, nem do baixo astral da cena brasileira dos anos de 1990

interna e suas múltiplas interfaces externas. As assembléias gerais na Fazenda da Serra, em Resende (RJ), o fato social total por excelência do CEDI, foram memoráveis. Mas muitos projetos não couberam no CEDI e pessoas saíram nesse período, como saíram tantas propostas que vieram a se realizar em novas organizações aparentadas. O CEDI foi uma semeadura de pessoas e de instituições para o circuito do chamado movimento ecumênico, das ONGs, das assessorias sindicais e até da política parlamentar.

Ato final. A crescente especialização dos Programas por campos e atores políticos específicos, que cada vez mais se apresentavam no cenário com autonomia, significou a consolidação de equipes de trabalho com interesses setoriais, sujeitas a pressões centrífugas desiguais e diferentemente posicionadas com relação às interseções entre os seus parceiros preferenciais e as igrejas. Corremos deliberadamente o risco de manter uma síntese institucional em condições bastante adversas.

A própria sigla CEDI passou a ter, de fora, múltiplas leituras: "I" de "indígena" ou de "igreja"; "E" de "econômico" ou de "educação" e, mais recentemente, de "ecológico" e até de "environmental"; ou apenas como centro de documentação e informação. Vantagem ou problema? Expressão de uma desejada pluralidade ou crise de identidade?

Fato é que já na segunda metade dos anos de 1980, quando desejamos finalmente ter um logotipo, não logramos consenso. Mas, em agosto de 94, finalmente chegamos a um folheto institucional, o primeiro e único que o CEDI fez em vinte anos, anunciando simultaneamente o seu encerramento e a sua multiplicação. Foi como se tivéssemos reservado para o ato final a revelação de nossa verdadeira identidade.

A síntese improvável e bem-sucedida que o CEDI abrigou durante anos, apesar dos idiotas da objetividade, seja científica ou teológica, teve um desenlace institucional inédito que não se pode deduzir apenas da crise de paradigmas que tomou conta do mundo, nem do baixo astral da cena brasileira dos anos de 1990. O processo de transição acabou pegando a trilha da democracia interna e da separação amigável, guiado pelos velhos e pelo equilíbrio de poder entre as partes, com a participação de todos. Os resultados da multiplicação virão muito além das derivações setoriais, mas aquém da dissonância do CEDI.

Chega de saudade. "Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem. Apenas sei de diversas harmonias bonitas possíveis sem juízo final. Alguma coisa está fora da ordem. Fora da nova ordem mundial" (cf. Caetano Veloso, in "Fora da ordem", *Circuladô*, 1991).



Publicações do Programa Povos Indígenas no Brasil, do CEDI

Beto Ricardo é secretário-executivo do Instituto Socioambiental.

1 9 9 4



Estabelecia-se um diálogo muito franco e rico em torno da realidade social que se queria transformar.



Arquivo da autora

CEDI: CONVÍVIO SOLIDÁRIO E CONSTRUTIVO

Diana Aronovich Cunha

A história do CEDI começou antes de 1974. Nesse ano, chegou-se à institucionalização de um conjunto de experiências que começaram após o golpe de 64, com a resistência organizada gradativamente nos meios cristãos progressistas, dentro e fora das igrejas protestantes e católicas.

Nossa vivência com os companheiros do CEDI — entre 1968 e 1974 — ocorreu nesse período crítico, difícil e ao mesmo tempo cheio de esperanças. A participação mais específica se deu no Projeto "Educação para a Justiça Social", que tinha como fundamento o método Paulo Freire e que se desenrolou em vários países latino-americanos, além do Brasil, que era a sua base principal. Fizemos parte de uma equipe bastante heterogênea quanto à formação e experiência, o que fazia a sua riqueza.

Não éramos um grupo acadêmico, nem tínhamos uma proposta rígida, acabada. Partindo das diretrizes lançadas por Paulo Freire, procurávamos adaptar-nos à realidade de cada grupo de educadores populares com o qual trabalhávamos. Estabelecia-se um diálogo muito franco e rico em torno da realidade social que se queria transformar. Tivemos ocasião de sentir, em diversos lugares e com variados grupos, que nosso trabalho era pioneiro e que a proposta pedagógico-conscientizadora de Paulo Freire representava um instrumento valiosíssimo para o objetivo maior do projeto, que era uma educação transformadora da realidade social da América Latina, marcada pelos imensos desníveis sociais e pela injustiça social generalizada.

Para nós, pessoalmente, foi uma etapa de grande enriquecimento teórico e prático, uma fase de grandes conhecimentos histórico-sociais e uma oportunidade única de convívio ameno, solidário, construtivo, tanto dentro da equipe básica do projeto, no Brasil, como com os companheiros de vários países da América Latina. Com ambos os grupos praticamos uma ciência social nada ortodoxa, nada acadêmica, ao mesmo tempo que pudemos utilizar nossas experiências anteriores, provenientes da militância estudantil e da Ação Católica, bem como nossa formação universitária em Sociologia.

Tudo começou com um convite cheio de entusiasmo que Jether Ramalho nos fez em São Paulo, numa reunião ecumênica em que os caminhos da militância promoveram nosso encontro. A vida e a luta continuam. O CEDI também. *Adelante!*

Monica Zarattini / Agência Estado



O CEDI, por meio do Programa de Educação e Escolarização Popular, tem lutado pela melhoria da qualidade do ensino público

Diana Aronovich Cunha é socióloga e mestre em Sociologia da Educação pela Unicamp.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DO CEDI

ACONTECEU

Rio de Janeiro/São Paulo: CEDI, nº 66, maio/1979 ao nº 589, maio/1992. Semanal. Até o número 65, chamou-se CRONOLOGIA e teve distribuição interna. Sua periodicidade passou posteriormente a ser quinzenal.

ACONTECEU ESPECIAL

Rio de Janeiro/São Paulo: CEDI. Foram publicados os seguintes títulos:
1. Trabalhadores 78
2. Trabalhadores 79
3. Trabalhadores metalúrgicos 79
4. ABC da greve
5. Greve nos canaviais
6. Povos Indígenas no Brasil 1980
7. Trabalhadores Urbanos 1980
8. Uma greve pelo direito ao trabalho: FIAT 1981
9. Trabalhadores rurais 1980
10. Povos Indígenas no Brasil 1981
11. Trabalhadores Urbanos no Brasil 1981
12. Povos Indígenas no Brasil 1982
Número extra, s. n., sobre Novos Partidos em 1980
13. Trabalhadores Rurais no Brasil 1981
14. Povos Indígenas no Brasil 1983
15. Povos Indígenas no Brasil 1984
16. Trabalhadores Urbanos no Brasil 1982/1984
17. Povos Indígenas no Brasil 1985/1986
18. Povos Indígenas no Brasil 1987/1988/1989/1990
19. Educação no Brasil 1987/1988

ACONTECEU NO MUNDO

EVANGÉLICO

Rio de Janeiro: CEDI, v. 1, nº 0, jun/1982 ao v. 9, nº 87, ago/1990. Mensal.

BÍBLIA HOJE

Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed., nº 1, 1970 ao nº 53, 1979. Periodicidade irregular. Tratava-se de uma separata do CEI.

BOLETIM DO LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

São Paulo: CEDI, nº 1, mai/1982 ao nº 10, dez/1984-set/1985. Periodicidade irregular.

CADERNOS DO CEDI

Rio de Janeiro/São Paulo: Tempo e Presença Ed./CEDI. A série compreende os seguintes títulos:

1. Pastoral Popular: notas para um debate/Educação Popular
2. Educação Popular: algumas reflexões em torno da questão do poder/Saúde Comunitária
3. O meio grito: estudo sobre as condições e direitos associados ao problema da saúde
4. Por uma Igreja Católica solidária com os pobres
5. Missões evangélicas com índios e lavradores
6. A questão política da aprendizagem profissional/Educação Popular e Poder
7. Um pé de cana não é nada, juntando é um canavial...
8. Igrejas/Desenvolvimento e participação popular
9. "Deixai vir a mim os pequeninos"

10. Roças comunitárias e outras experiências de coletivização no campo

11. Peões e garimpeiros terra e trabalho no Araguaia

12. Jesus Cristo, a vida do mundo. Sexta Assembléia do CMI

13. Educação Popular: alfabetização e primeiras contas

14. Canavieiros em greve: campanhas salariais e sindicalismo

15. O caminho da escola: luta popular pela escola pública

16. Periferia: desafio à unidade

17. Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica em Xerém

18. Onze de abril: o dia da alegria

19. Participação popular e escola pública

20. Sindicalismo no campo: entrevistas

21. Sindicalismo no campo: reflexões

CEI

Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed., nº 1, mar/1965 ao nº 150, mai/1979. Mensal. Houve ainda um número especial datado de jun/1979. A partir do número 151, passou a chamar-se TEMPO E PRESENÇA.

CEI DOCUMENTO

Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed., nº 37, mar/1972 ao nº 92, mai/1979. Mensal. Até o número 36 chamou-se SUPLEMENTO DO CEI.

CEI SUPLEMENTO

Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed., nº 1, ago/1972 ao nº 24, mai/1979. Periodicidade irregular. A partir do número 25, passou a chamar-se TEMPO.

CONTEXTO PASTORAL

Rio de Janeiro: CEDI; Campinas: Cebep, v. 1, nº 0, fev-mar/1991. Bimestral. Atualmente está circulando o nº 22, set-out/1994.

CRONOLOGIA

Rio de Janeiro: CEDI, nº 1, set/1977 ao nº 65, mai/1979. Semanal. A partir do número 66, passou a chamar-se ACONTECEU.

MEMÓRIA

Rio de Janeiro, CEDI. Periodicidade irregular. A série compreende os seguintes títulos:

1. Acervo do CEDI (de circulação interna)
2. Pesquisa participante
3. Acervo do CEDI São Paulo (de circulação interna)

4. Cultura popular

5. Acervo do CEDI sobre partidos políticos e eleições

6. Publicações do CEDI 1965/1983: levantamento bibliográfico

7. Centros de documentação alternativos: algumas questões

8. MEB 1961/1971: levantamento bibliográfico

9. Publicações do CEDI 1983/1984: levantamento bibliográfico

10. I Seminário de Documentação Alternativa

11. Publicações do CEDI 1984/1985: levantamento bibliográfico

12. Publicações do CEDI 1985/1990: levantamento bibliográfico

MOSAICOS DA BÍBLIA

São Paulo: CEDI, nº 1, fev/1991. Periodicidade irregular. Atualmente está circulando o nº 15 de jul-set/1994.

SUPLEMENTO DO CEI

Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed., nº 0, set/1966 ao nº 36, fev/1972. Mensal. A partir do número 37, passou a chamar-se CEI DOCUMENTO.

TEMPO

Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed., nº 25, ago/1979 ao nº 29, 1981. Periodicidade irregular. Até o número 24, chamava-se CEI SUPLEMENTO.

TEMPO E PRESENÇA

São Paulo/Rio de Janeiro: CEDI, nº 151, jun/1979. Bimestral. Anteriormente sua periodicidade era mensal, circulando o nº 277 de set-out/1994. Até o número 150 chamava-se CEI.

CUBA: ESPERANÇA E SOLIDARIEDADE

Pedro A. Ribeiro de Oliveira

Enganam-se os que limitam a realidade cubana a uma ditadura que exporta revolução e que por isso acaba na pobreza. Da mesma forma é simplista dizer que sem o bloqueio econômico, o país seria desenvolvido. A despeito de uma situação terrivelmente complexa, mantém-se firme o propósito do povo cubano de prosseguir na construção de uma nova sociedade

Merece aplausos a iniciativa do governo brasileiro de pedir a reintegração de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA). Apesar da velha ladainha de acusações difundida desde os tempos da "guerra fria", a visita do ministro Celso Amorim a Cuba constitui um passo importante no sentido de restabelecer a convivência normal entre nações soberanas e amigas.

Seria ocioso entrar no jogo das acusações descontextualizadas e das refutações que se limitam a apresentar as conquistas sociais da Revolução. Pretender simplificar a complexa realidade cubana em termos de uma ditadura que exporta revolução e por isso termina na pobreza é tão mistificador quanto dizer que se não fosse o bloqueio econômico Cuba seria hoje um país desenvolvido. Basta lembrar que sua economia é voltada para o mercado externo e que o comércio com os países do bloco soviético, ao substituir sua dependência em

relação aos Estados Unidos, impôs condicionamentos cujos efeitos só se tornaram evidentes quando inesperadamente toda aquela estrutura desmoronou. A situação econômica de Cuba hoje só tem similar em países em guerra: o suprimento de energia e combustível caiu para 1/3; todos os pagamentos externos são feitos à vista; muitas indústrias fecharam e a agricultura quase paralisou-se por falta de irrigação, adubos, peças de reposição e combustível. Não é difícil deduzir as consequências dessa crise econômica, dificultando enormemente a vida cotidiana da população.

Embora perceba-se o esforço em manter a cidade limpa e o centro histórico bem conservado, é evidente que o país empobreceu. Neste "período especial" que já dura quatro anos a única indústria em franca expansão é a do turismo, incentivada por constituir uma fonte imediata de divisas. Mas seus efeitos perversos, como a prostituição, são um espinho para um povo cujo senso de dignidade nacional foi desenvolvido por José Martí. É bem verdade que, ao contrário de outros países turísticos, em Cuba a prostituição é discreta e tolerada apenas como prática individual. O fascínio do dólar sobre a juventude, porém, é muito forte num país onde até mesmo os bens de uso cotidiano são escassos.

Espiritualidade engajada. Acabo de voltar de Cuba, onde participei de um seminário sobre "Espiritualidade e Política", promovido pelo Centro Martin Luther King, que é mantido pela Fraternidade de

CRÍTICA À VISÃO ÚNICA

O escritor cubano Senel Paz, cujo roteiro do maior sucesso do cinema cubano, "Morango e Chocolate", foi baseado no seu livro "O lobo, o bosque e o homem novo", afirma que os cubanos precisam de um apoio que inclua as diferenças em relação à Cuba, que defenda seus direitos de buscar outro caminho, a trabalhar e a procurar saídas.

Segundo Antonio Cândido (crítico literário), que visitou a ilha três vezes, Cuba mostrou que sociedade igualitária é possível na América Latina, e os donos do mundo não admitem.

De modo geral, o apoio a Cuba decorreu e decorre do conhecimento da grande obra de promoção humana ali realizada. Isso não quer dizer que tudo lá seja justo e certo. As realizações do homem, em qualquer parte, são sempre misturadas, relativas, frágeis. O essencial é que representem um passo à frente.

Fonte: Jornal do Brasil, 18/9/94.

Igrejas Batistas. Ali convivi com pastores e pastoras de diferentes igrejas evangélicas, bem como com alguns católicos e pessoas não-crentes mas abertas à experiência espiritual. Muitas delas tinham sofrido por causa de sua fé (havia mesmo quem tivesse sido preso ou visto impedida sua carreira universitária), o que não impede de hoje darem sua contribuição para a construção do socialismo cubano conforme os novos rumos da Revolução. Daí seu interesse na experiência brasileira da Teologia da Libertação.

Encontrei igrejas cristãs anima-

das na vida religiosa e ativas também no campo social e político. Um culto dominical na Igreja Batista do bairro de Marianao tinha mais de duzentas pessoas, que cantavam alegres e esperançosas sob a coordenação de uma pastora cujo marido, também pastor, é hoje deputado independente no Parlamento. Lá, como aqui, as igrejas cristãs estão divididas entre aquelas que, com espírito ecumênico, ligam a fé a um compromisso social e político, e as que, encerradas sobre si mesmas, limitam-se a lamentar e a condenar os erros da sociedade.

Trago viva a lembrança da celebração final, ao ar livre, em pleno Parque Lênin. As pessoas deviam fazer a experiência da presença do Espírito Santo inspiradas num antigo poema sioux, adaptado por Leonardo Boff: "O Espírito de Deus age na água, dorme na pedra; sonha na flor, sente no animal; pensa o que sente no homem, sente o que pensa na mulher". Os testemunhos que vieram depois dessa experiência mostraram o quanto é forte hoje o sopro do Espírito que renova a face da terra cubana. A Ceia do Senhor, que concluiu o seminário, foi celebrada com os alimento que há quatro anos estão

na mesa de todos (isso mesmo, todos! Não há quem passe fome nem quem coma demais): arroz, feijão, banana cozida, sopa de legumes e um copo d'água. Consagrando os sinais da escassez, os participantes queriam dizer que é no cotidiano que se encontra a alegria espiritual: ela não se compra no mercado, mas vem de dentro de nós mesmos.

A importância da solidariedade. Foi assim que, perguntando, escutando, observando e pondo em prática meu treinamento como pesquisador social, desfiz-se em mim a imagem corrente de Cuba como um país abatido e um povo prestes a render-se ao poder do dólar. Voltei convencido de que a crise econômica, apesar de toda destruição que provoca, não conseguiu quebrar a vontade do povo cubano de prosseguir na construção de uma nova sociedade. As pessoas reconhecem e lamentam seus erros, como a confiança cega na eficiência moderna que os levou a abandonar tradições e saberes populares. Hoje redescobrem valores esquecidos, que vão desde a medicina caseira preservada pela *santeria* afro, até a importância do Parlamento como fórum de decisões políticas.



de Havana

CUBA



Capital: Havana.

Superfície:

110.861 km².

População: 10.848.000 habitantes. **Composição demográfica:** brancos - 66%; mestiços - 21,9%; negros - 12%; outros - 0,1%. **Religião:** católicos - 39,6%; protestantes - 3,3%; ateus - 55,1%.

Natalidade: 18 por 1.000 habitantes.

Mortalidade: 7 por 1.000 habitantes.

Natalidade infantil: 11,1 por 1.000 habitantes.

Vida média: homens - 73 anos; mulheres - 78

anos. **Analabetos:** 4%. **Escolaridade (12 a 17 anos):** 80,2%. **Natureza do regime:** República presidencialista de modelo socialista. **Economia:** agricultura - 15,9%; indústria - 51,4%; mineração - 3,9%; comércio - 21,1%; serviços - 8,7%. **Desemprego:** 6%.

Fonte: Almanaque Abril/1994 e O Mundo Hoje/93 (Anuário Econômico e Geopolítico Mundial).

Nessa busca, Cuba não quer e não pode ficar sozinha; a solidariedade internacional é imprescindível. Antes de tudo, é preciso pôr fim ao absurdo bloqueio econômico, imposto pela maior potência econômica e militar do mundo contra uma nação que só quer ter o direito de ser feliz a seu modo. Restabelecer relações comerciais, diplomáticas e culturais normais com outros países é fundamental, sim, mas não é tudo. Cuba é hoje uma preciosa experiência de sistema alternativo ao capitalismo real. Seus acertos e erros deveriam constituir-se em patrimônio político da humanidade, tal como Havana Vieja é seu patrimônio cultural.

Solidarizar-se com Cuba é lutar com aquele povo contra sua discriminação econômica e política no concerto mundial das nações, e com ele buscar novos caminhos para toda a humanidade.

Pedro A. Ribeiro de Oliveira é professor no Mestrado em Ciências da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e membro da equipe de Assessoria/Iser.

PIRACEMA OU PIRACÃO?

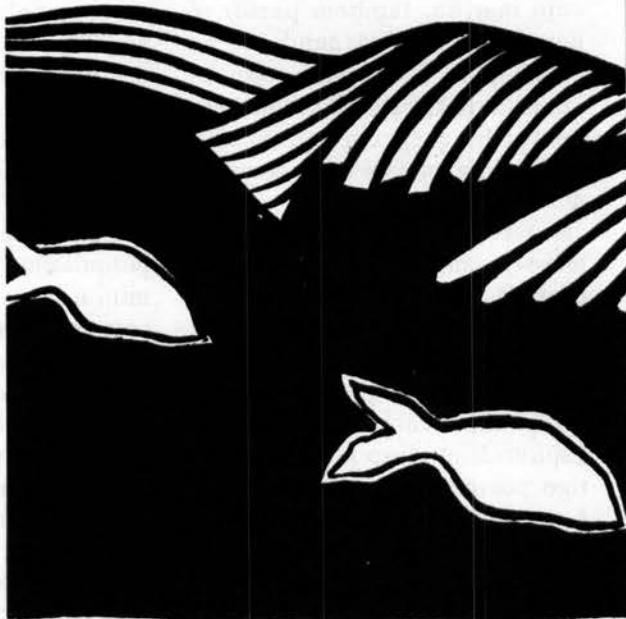
E me veio uma idéia de que eu gostei...

A marca de que a gente gostou da idéia é um discreto sorriso no canto dos lábios, sorriso que não é dirigido a ninguém, gratuito, sem nenhuma intenção, alegria pura, revelação de que a gente estava brincando sem que ninguém percebesse. E isso pode acontecer em qualquer lugar, na cozinha, no ônibus, na privada, bem no meio do sermão do padre, bem no meio da reunião do partido, bem na frente do chato que não pára de falar... Isso é que é bom sobre as idéias — elas são brinquedos que carregamos no bolso e, sem que os outros percebam, começam a brincar com a gente...

Pois uma idéia feliz me aconteceu.

Pensei que o corpo se parece com um rio. Como o rio, ele nasce em lugares altos e inacessíveis, são poucos os que têm a felicidade de ver o lugar onde ele sai de entre as pernas abertas da terra. Nasce como um fiozinho de água, em meio a pedras cobertas de limo, samambaias, avencas e orquídeas. Ali o silêncio é grande. Porque o silêncio é grande se ouve muito — ouvem-se o borbulhar da água, o barulho do vento nas folhas das árvores, o pio dos pássaros e, se prestarmos atenção, até o barulho das asas das borboletas. Quando o silêncio é grande mesmo, nas noites estreladas, se ouvem o pulsar luminoso do brilho das estrelas e o pulsar milagroso do sangue correndo nas veias.

Aí eles vão correndo, o sangue nas veias e o rio na terra, descendo sempre, de queda em queda, sem jeito de voltar atrás — rios não sobem morro —, não há cachoeiras ao contrário, o tempo corre numa direção só... E o rio vai se alargando, dizendo adeus ao mistério das montanhas, chega às planícies, engorda como os homens que moram às



suas margens, desaprende as brincadeiras de menino, fica vagaroso, arrasta-se pesado, os homens entram nele com seus barcos e esgotos, ele suporta tudo sem reclamar, nem sei se guarda memórias da infância... Deve guardar, pois os rios também pensam. Se você não sabia, fique sabendo que “as nuvens são do rio/ seus calmos pensamentos/ que um dia serão rio/ e levarão o suor dos homens/ entre claras cantigas/ e mãos frescas/ aí: limpas de lavarem...” — pois assim o disse o poeta Hélio Brito. É, os rios devem ter saudades, e por não poder voltar ao lugar da infância e por não poder suportar a saudade, lançam-se no mar, suicidam-se, na esperança de se transformar em nuvem e renascer rio mesmo, no alto da montanha...

Mas aí olhei e vi um movimento prateado que encrespava a pele lisa do rio, no sentido contrário. T. S. Eliot disse que “num país de fugitivos os que caminham na direção contrária parecem estar



Martha Braga

fugindo... ". Eram os peixes, centenas, milhares: nadavam na direção contrária. De que estariam fugindo? Não, não estavam fugindo. Apenas nadavam na direção da saudade, em busca dos lugares das águas frias e cristalinas onde haviam nascido e cuja memória ficará guardada em algum lugar. Esse lugar onde mora a saudade, eu o chamo de "alma". Pois de repente a "alma" acordou, e um movimento diferente se apossou do rio onde ela morava, e nas corredeiras se podem ver os peixes prateados saltando, formando cachoeiras, para cima, piracema... Para a saudade tudo é possível.

Fiquei feliz com essas imagens porque elas representam o que sinto. De um lado, sou o rio que vai indo pela planície, sem retorno, para o mar. Do outro sou piracema, peixes rio acima em busca da infância...

Jesus disse coisa parecida a um sabido chamado Nicodemos. Disse que era preciso

nascer de novo. Nicodemos quis fazer troça e perguntou como se faz para entrar de novo na barriga da mãe. Jesus desconversou, aplicou-lhe um koan zen, dizendo que ele tratasse de aprender a ouvir a voz do vento.

Eu, que não tenho tanta sutileza, responderia mais direto: convidaria Nicodemos para brincar. Os adultos, especialistas no assunto, dizem que o brinquedo é uma atividade pela qual as crianças se preparam para a vida. Discordo. Brinquedo não é preparo para viver. Brinquedo é viver. Fomos criados para brincar. São os adultos, coitados, que passam a vida tentando imitar, com seu trabalho, aquilo que as crianças fazem com o seu brinquedo.

E assim vou indo, o corpo trabalhando, na direção do mar, a alma brincando, na direção das nascentes...

A PERIGOSA IMAGEM DO PODER

Jane Falconi Ferreira Vaz e José Adriano Filho

Se a política é a ciência, ou mais exatamente a arte de manipular o monopólio de força essencial a todo o estado, a fé bíblica é a afirmação mais valente (...) de que por cima do monopólio da força se encontra um poder que julga e destrói os monopólios de poder.

(G.E. Mendenhall)

Foram uma vez as árvores a ungir para si um rei; e disseram à oliveira: Reina sobre nós. Mas a oliveira lhes respondeu: Deixaria eu a minha gordura, que Deus e os homens em mim prezam, para ir balouçar sobre as árvores? Então disseram as árvores à figueira: Vem tu, e reina sobre nós. Mas a figueira respondeu: Deixaria eu a minha doçura, o meu bom fruto, para ir balouçar sobre as árvores? Disseram então as árvores à videira: Vem tu, e reina sobre nós. Mas a videira lhes respondeu: Deixaria eu o meu mosto, que alegra a Deus e aos homens, para ir balouçar sobre as árvores? Então todas as árvores disseram ao espinheiro: Vem tu, e reina sobre nós. O espinheiro, porém, respondeu às árvores: Se de boa fé me ungis por vosso rei, vinde refugiar-vos debaixo da minha sombra; mas, se não, saia fogo do espinheiro, e devore os cedros do Líbano." (Juízes 8.8-15)

O texto acima constitui uma fábula. Como sabemos, fábula é uma narrativa muito curta que encerra uma lição ou aprendizado. Quase todas têm animais ou plantas como

personagens principais. Muitas vezes em nossa vida, fábulas foram consideradas como "coisas para criança". E como tais, quem sabe até coisa sem importância, só para ajudar o sono a chegar....

É muito bonito e interessante trabalhar com as fábulas.

Texto e contexto. Foi pensando nisto que decidimos apontar pistas que o texto/fábula de Juízes pode nos oferecer. Nele encontramos uma verdadeira "caixa de surpresas"... De tal modo que agora nos perguntamos se o pensar nestas fábulas não daria mesmo é para tirar o sono...

O texto faz parte do discurso de Jotão, contido em Juízes 9. É conhecido como o apólogo de Jotão. Seu contexto é a história de Jerubaal que recusou ser rei de Israel, mas após a sua morte, veio Abimeleque e com muita astúcia convenceu os cidadãos de Siquém dizendo: "Que vos parece melhor, que setenta homens, todos os filhos de Jerubaal, dominem sobre vós, ou que apenas um domine sobre vós?" (Jz 9.2). O povo se sensibilizou diante da proposta e o apoiou dando-lhe dinheiro. Abimeleque comprou homens "levianos e atrevidos" que, juntos, vieram e mataram os setenta filhos de Jerubaal. Assim Abimeleque se tornou rei.

A narrativa mostra que, ao saber o que Abimeleque fizera, Jotão veio, permaneceu em pé no Monte Gerizim e pronunciou o apólogo.

O relação entre o apólogo e o seu contexto é complexa. Será que o apólogo foi composto para o pre-



sente texto já que parece incompreensível fora dele? Ou é um texto que já existia de forma independente, e que foi inserido aqui só para aumentar a tensão? Sem pretender dar uma resposta vamos assinalar alguns aspectos para o nosso exercício de leitura.

- A afirmação de que as árvores procuram um rei a quem oferecem a coroa. De fato, fazem esta oferta a várias espécies de plantas. Todas, exceto a última, recusam;
- A aproximação de Abimeleque dos homens de Siquém e o convencimento a que o fizessem rei;
- A indicação clara de que somente o pior e menos qualificado está disposto a aceitar a responsabilidade em nível político. Os vv.9b, 10b e 13b consistem numa frase que parece indicar a geral arbitriadade e futilidade do poder quando confrontado com problemas reais.

O versículo 15 permite uma transição do apólogo para o discurso de Jotão e cabe aí uma aplicação ao caso de Abimeleque. Podemos considerar o seguinte:

- É absurda a reivindicação feita pelo espinheiro em dar sombra às outras árvores (veja 2 Reis 14.9);
- Quando chega ao poder, o espinheiro promete algo que não pode



Maria Carqueira Leite

realizar. Assim como não pode dar sombra, também não pode dar a segurança que promete;

▪ Há uma ameaça àqueles que não aceitam as exigências (arbitrárias e absurdas) do espinheiro e que querem recusar suas promessas.

Aceitando o poder. O espinheiro aceitou ser coroado. Ele quis o poder. Mas impôs suas condições. Prometeu que as outras árvores teriam refúgio em sua sombra. Caso contrário, dele sairia fogo e os cedros do Líbano seriam devorados. Além de prometer o que não podia cumprir, fez ameaças...

Assim Abimeleque, com toda astúcia e falta de escrúpulos, comprou homens com o dinheiro dado de "boa fé" pelos cidadãos de Siquém e promoveu a matança. Eleceu-se rei...

Abimeleque é personagem real da história do povo de Deus. O espinheiro, essa árvore, por si só tão "amedrontadora", é o personagem da nossa fábula.

Ambos têm espinhos... Queriam o poder, e o tiveram. Quem os elegera pagou um alto preço!

Tudo o que foi apresentado até aqui permite uma analogia com a nossa realidade. É mais do que momento para pensarmos nisso. Esta-

mos há poucos dias das eleições em nosso país.

O povo quer eleger seus líderes. Não só quer, como precisa. E deve! Os candidatos querem ser eleitos. Mas, muitos estão prometendo sua sombra e "água fresca". Promessas... Quantos estão verdadeiramente comprometidos com os interesses do povo? Quantos não estão usando de arbitrariedades e futilidades, quando confrontados com os problemas reais do povo? É preciso estar muito atento. E também ajudar outros a ficarem alerta.

Os meios de comunicação, alguns de modo escancarado, querem esconder o espinheiro e mostrá-lo como uma árvore de raízes profundas, fincada com solidez no chão, como aquele que tem muita seiva para alimentar e dar sustento a tudo de mais urgente que o povo precisa.

E o espinheiro, de forma muito sutil, se coloca como o melhor, o mais qualificado. Finge que não vê a beleza da oliveira, da figueira e da videira. Tenta fazer outros não olharem para essas árvores tão lindas, até hoje tão apreciadas no Oriente.

Sabe o que ocorre? Na verdade as pessoas estão muito cansadas, famintas e vendo os sonhos morre-

rem. Não seria para elas um milagre aquele espinheiro, de repente, tão desejoso de governar? Quem sabe teria ele mudado? Mal sabem que o seu preço será ainda mais fome, desespero, sonhos mortos...

Suspeitando do poder. Queremos deixar estas pistas para pensarmos. A Bíblia suspeita do poder. Ela nos ensina que Deus não age por meio de estruturas exploradoras e desumanizantes. Sob seu juízo caem todas as estruturas que se baseiam no poder ilimitado do homem. Deus nunca defendeu os que se utilizaram do poder para oprimir e explorar. Esteve ao lado do pobre e do oprimido ao longo de toda a história.

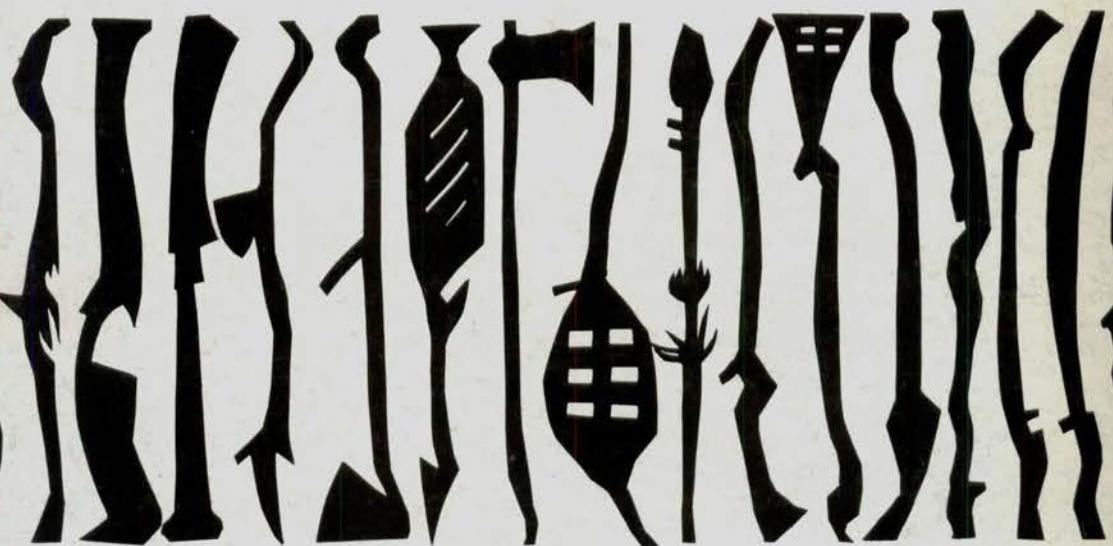
Nós também suspeitamos do poder. Temos muito medo do espinheiro. Outros, da sua espécie, já prometeram sombra e o que ofereceram depois foi bem diferente. Entristeceram o povo, caloteando, desconsiderando a importância e a urgência da questão da saúde e da educação, usando a máquina do Estado, vendendo-se a países ricos e empobrecendo cada vez mais o País.

Na "telinha colorida" que nos é oferecida, o espinheiro anda aparecendo muito disfarçado! Será que nos lembramos daquela velha história — lobo em pele de cordeiro? É a mesma coisa!

Na caminhada da cidadania não podemos dar espaço ao espinheiro. Suspeitemos dele. Quem sabe, não estamos deixando de ver a beleza da oliveira?

Jane Falconi Ferreira Vaz é metodista. É bióloga e mestra em química. **José Adriano Filho** é presbiteriano. É mestre em Ciências da Religião. Ambos integram a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

**Conflitos étnicos
Mecanismos internacionais
Violência e medo
Eleições e plano econômico
Esperança em Cuba
Piracema e piração**



1 9 9 4



C E D I